

Entrada na Mesa		ANUNCIADO
Data. 4/11/2025		/...../.....
Hora. 00h50		O Presidente
...O Presidente...		

República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO NACIONAL

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

PARECER SETORIAL

sobre

a

PROPOSTA DE LEI Nº 13/VI (3ª)

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2026



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO

- I.1. Objeto e finalidade do parecer
- I.2 - Designação do relator
- I.3 - Competência das comissões especializadas permanentes
- I.4 - Áreas de competência da Comissão
- I.5. Entrada, anúncio e baixa às Comissões Especializadas Permanentes
- I.6. Instituições cujos orçamentos foram analisados pela Comissão
- I.7. Trabalhos da Comissão

II. ANÁLISE DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2026

II.1. Visão geral da execução orçamental de 2025 e da proposta de orçamento para 2026

II.2. Apreciação setorial

Considerações introdutórias

- II.2.1. Presidência da República
- II.2.2. Gabinete do Primeiro Ministro
- II.2.3. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros
 - Inspeção Geral do Estado
 - Centro Nacional Chega!
 - Arquivo e Museu da Resistência Timorense
 - Imprensa Nacional
- II.2.4. Ministério da Administração Estatal
- II.2.5. Ministério da Justiça
 - Polícia Científica de Investigação Criminal
 - Defensoria Pública
- II.2.6. Tribunais
- II.2.7. Procuradoria-Geral da República (Ministério Público)
- II.2.8. Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça
- II.2.9. Comissão Anti Corrupção
- II.2.10. Comissão da Função Pública
- II.2.11. Comissão Nacional de Eleições

III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

IV. PARECER

V. APROVAÇÃO DO PARECER



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

I. INTRODUÇÃO

I.1. Objeto e finalidade do parecer

A Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça (Comissão A) pronuncia-se, no presente parecer, sobre a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026, a Proposta de Lei n.º 13/VI (3ª), doravante designada por PPL.

O presente parecer incide sobre as áreas setoriais e domínios de intervenção do Estado que se integram na competência da Comissão A. A finalidade deste parecer é, nos termos regimentais, instruir o “Relatório e Parecer” sobre a Proposta de Lei Orçamento Geral do Estado para 2025, cuja elaboração compete à Comissão de Finanças Públicas (Comissão C), de acordo com o disposto no artigo 164.º, n.ºs 1 e 2, do Regimento do Parlamento Nacional (RPN).

I.2 - Designação do relator

Foi designado relator o Senhor Deputado Abílio Quintão, da FRETILIN.

I.3 - Competência das comissões especializadas permanentes

Nos termos dos artigos 163º e 164º do Regimento do PN, compete às comissões especializadas permanentes a elaboração de um parecer sectorial, para cujo fim, as comissões podem convocar reuniões que julgarem necessárias com a participação dos membros do governo, sem prejuízo do exercício das competências previstas no artigo 35º do Regimento do PN, onde se incluem as de realizar audiências públicas com titulares de órgãos da Administração Pública.

I.4 - Áreas de competência da Comissão

Na presente legislatura, nos termos da Deliberação sobre a Constituição das Comissões Especializadas Permanentes, Deliberação do Parlamento Nacional n.º 3/2023, de 3 de julho, alterada pela Deliberação n.º 5/2023, de 10 de julho, as áreas de competência da Comissão A são as seguintes:

- a) Assuntos constitucionais;
- b) Justiça;

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

- c) Direitos, liberdades e garantias;
- d) Sistema eleitoral e partidos políticos;
- e) Administração Pública;
- f) Descentralização administrativa e poder local;
- g) Mecanismo de resposta automática para os direitos humanos;
- h) Anticorrupção;
- i) Mandato parlamentar;
- j) Imunidades, incompatibilidades, impedimentos e conflitos de interesses.

I.5. Entrada, anúncio e baixa às Comissões Especializadas Permanentes

A proposta de lei do OGE para 2026 deu entrada no Parlamento Nacional no dia 01/10/2025.

Foi admitida e mandado baixar às comissões especializadas permanentes, no dia 6/10/2024, para efeitos do disposto nos artigos 163º e 164.º do Regimento do PN.

I.6. Instituições cujos orçamentos foram analisados pela Comissão

São os seguintes os órgãos do Estado e instituições públicas cujos orçamentos foram analisados pela Comissão:

1. Presidência da República.
2. Gabinete do Primeiro-Ministro.
3. Ministro da Presidência do Conselho dos Ministros
4. Comissão da Função Pública (CFP).
5. O Centro Nacional Chegal, I.P. (Chegal)
6. Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT).
7. Inspeção Geral do Estado (IGE)
8. Ministério da Administração Estatal.
9. Secretariado Técnico da Administração Eleitoral.
10. Instituto Nacional de Administração Pública (INAP).
11. Arquivo Nacional de Timor-Leste.
12. Ministério Justiça.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

13. Comissão de Terras e Propriedades
14. Defensoria Pública.
15. Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ).
16. Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC).
17. Tribunais.
18. Ministério Público.
19. Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça.
20. Comissão Anti Corrupção.
21. Comissão Nacional de Eleições.

I.7. Trabalhos da Comissão

Para elaborar o seu parecer sobre a PPL, a Comissão contou com o apoio de uma equipa técnica, que realizou os trabalhos de análise da execução orçamental de 2025 e da proposta de orçamento para 2026.

A referida análise é acompanhada de observações e questões que careciam de esclarecimentos, a serem solicitados durante as audiências públicas e nos debates da Generalidade e Especialidade, conforme o caso.

A Comissão realizou também audiências com os departamentos do Governo e as instituições supramencionadas.

As audiências tiveram lugar nos dias 15 e 20 a 23 de Outubro de 2025, de acordo com o calendário que abaixo se reproduz.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Calendário de Audiências sobre a PPL n.º 13/VI (3ª) Orçamento Geral do Estado para 2026			
Data	Horas	Entidades Convidados	Sala
4ª Feira 15 /10/2025	09h30	Tribunais	Sala da Comissão
2ª-Feira, 20 /10 /2025	09h00	Presidência da República	Sala da Comissão
	10h45	Procuradoria-Geral da República	
	14h30	Gabinete do Primeiro Ministro e Presidência do Conselho de Ministros Instituições Tuteladas pelo P-M	
3ª-Feira, 21 /10 /2025	09h00	Ministro da Presidencial do Conselho de Ministro, Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares e Instituições Tuteladas	Sala de Comissão
	14h30	Ministério da Justiça, Secretário de Estado Terras e Propriedades, Defensoria Publica Geral, e PCIC.	
4ª Feira 22 /10/2025	09h00	Ministério da Administração Estatal, STAE Presidentes dos Autoridades Municipal	Sala de Comissão
	15h00	Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	
5ª-Feira, 23 /10/2025	09h00	Comissão da Função Pública (CFP)	Sala da Comissão
	10h45	Comissão Anticorrupção (CAC)	
	14h30	Comissão Nacional das Eleições (CNE)	
2ª-Feira, 27 /10 /2025		Aprovação do Parecer setorial da Comissão A	Sala da Comissão




Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

II. ANÁLISE DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2026

II.1. Visão geral da execução orçamental de 2025 e da proposta de orçamento para 2026

Apresenta-se a seguir uma tabela da execução orçamental de 2025 e a variação entre o OGE de 2025 e a proposta de OGE de 2026. Os dados sobre a execução orçamental foram obtidos no “Portal da Transparência Orçamental de Timor-Leste”. As taxas de execução são feitas com referência ao dia 22 de Outubro de 2025, Quarta-feira.

Entidades	OGE 2025		PROPOSTA PARA OGE 2026		
	Dotações (US\$)	Taxas de Execução	Dotações (US\$)	Variação entre 2025 e 2026	
Presidência da República	10 844 151	72.0%	12 175 212	1 331 061	+12%
Primeiro-Ministro	I= 3 884 402 F= 9 012 048	82.8%	3 697 532	-5 314 516	-59%
Presidência do Conselho de Ministros	I=4 956 893 F= 7 456 893	81.5%	4 928 516	-2 528 377	-34%
Ministério Justiça	12 876 049	72.8%	14 127 131	1 251 082	+10%
Ministério da Administração Estatal	I= 25 998 921 F=26 098 921	62.6%	22 266 888	-3 832 033	-15%
Tribunais	4 670 395	84.6%	8 174 725	3 504 330	+75%
Procuradoria-Geral da República	4 223 437	68.1%	7 034 119	2 810 682	+67%
Defensoria Pública	1 717 730	68%	3 217 805	1 500 075	+87%
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	2 139 368	71.8%	2 130 198	-9 170	-0,4%
Inspeção Geral do Estado	923 919	58.4%	986 304	62 385	+7%
Polícia Científica de Investigação Criminal	2 184 301	72.4%	2 412 301	228 000	+10%
Arquivo e Museu da Resistência Timorense	3 214 907	82.1%	2 828 232	-386 675	-12%
Arquivo Nacional de Timor-Leste	707 541	78.1%	606 413	-101 128	-14%
Centro Nacional Chega!	1 563 638	76.9%	1 460 451	-103 187	-7%
Imprensa Nacional de Timor-Leste	1 423 449	83.1%	1 289 697	-133 752	-9%
Comissão Anti Corrupção	1 925 935	68.8%	2 294 232	368 297	+19%
Comissão da Função Pública	2 901 148	73.4%	3 088 479	187 331	+6%
Comissão Nacional de Eleições	9 016 593	92.8%	8 955 372	-61 221	-1%
Instituto Nacional da Administração Pública	1 445 707	57.5%	1 825 384	379 677	26%
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	1 996 746	75.6%	1 613 832	-382 914	-19%

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

II.2. Apreciação setorial

Considerações introdutórias

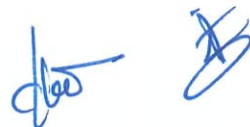
- a) A apreciação setorial compreendeu a execução orçamental de 2025 e a proposta orçamental para 2026.

Foi produzida pela Assessoria Parlamentar do PN uma “nota técnica” para cada uma das instituições analisadas.

A análise da execução do OGE de 2025 foi feita em relação a cada uma das instituições da área de competência da Comissão A, com atenção aos montantes e às taxas de execução para cada uma das categorias económicas de despesa, realçando os aspetos merecedores de maior atenção.

A análise da proposta orçamental para o OGE de 2026, compreende a comparação e a análise das variações das dotações orçamentais entre 2025 e 2026, bem como os programas e subprogramas propostos. Indicam-se também as dotações para cada programa, e dentro de cada programa a sua distribuição por categorias económicas de despesa.

- b) No âmbito da apreciação da proposta de orçamento para 2026, a Comissão realizou audiências com as instituições das áreas da sua competência. Nessas audiências a Comissão procurou obter informações sobre:
- A execução orçamental de **2025**, sucessos e constrangimentos, bem como o desempenho da instituição na execução das políticas e programas do seu sector.
 - A proposta orçamental para **2026** e a adequação do financiamento face aos objetivos e resultados esperados, conforme contidos nos planos anuais de ação.
 - A adequação do enquadramento do programa ou atividade nas atribuições do ministério, departamento governamental ou da instituição.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

II.2.1. Presidência da República

EXECUÇÃO OGE 2025

O orçamento da Presidência da República para 2025 foi de US \$10.844.151 e a sua execução era de 77.6 % em 23/10/2025 (*Portal de Transparência, Ministério das Finanças*).

Presidência da República EXECUÇÃO do OGE 2025 por PROGRAMAS					
Programa	Dotação Inicial	Alteração	Dotação Final	Saldo	% Execução
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	7.672.901	0		1,100,759	77.5%
A02: Reforçar as Relações e Cooperções Internacionais	150.000.	0		751,048	79.4%
A35: Fortalecimento da Democracia, Constitucionalidade, Paz, Defesa e Segurança	418.750	0		67,920	90.3%
A36: Iniciativas de Desenvolvimento do Presidente da República	1.367.500	0		25,020	23.8%
A37: Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional do Governo	1.235.000	0		206,929	48.0%
TOTAL	10.844.151	0		2 151 677	77.6%

VISÃO GERAL DA FINANCIAMENTO PARA 2026

A proposta do OGE para 2026 US \$ 12.175.212, representando um aumento de \$ 1.331.061, ou 12% em relação ao ano de 2025.

Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA						
Órgão <i>Programas</i>	Categorias económicas					Total
	Salário e Vencimento	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital Desenv.	
001: Presidência da República	5.053.746	5.746.366	1.055.100	320.000	-	12.175.212
<i>162: Estado de Direito Democrático</i>	-	60.000	-	-	-	60.000
<i>510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>	5.053.746	3.177.366	165.000	320.000	-	8.716.112

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA						
Órgão <i>Programas</i>	Categorias económicas					Total
	Salário e Vencimento	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital Desenv.	
<i>A01: Promover a Identidade Nacional</i>	-	85.000	-	-	-	85.000
<i>A02: Reforçar as Relações e Cooperações Internacionais</i>	-	100.000	-	-	-	100.000
<i>A35: Fortalecimento da Democracia, Constitucionalidade, Paz, Defesa e Segurança</i>	-	694.000	-	-	-	694.000
<i>A36: Iniciativas de Desenvolvimento do Presidente da República</i>	-	415.400	890.100	-	-	1.305.500
<i>A37: Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional</i>	-	1.214.600	-	-	-	1.214.600

Em 2025 havia 5 programas. Para 2026 foram adicionados dois novos programas, que são os programas 162: Estado de Direito Democrático e o programa A01: Promover a Identidade Nacional.

O programa 162: Estado de Direito Democrático tem por objetivo o “Fortalecimento do respeito pela Constituição, da aplicação das leis e desenvolvimento do espírito crítico coletivo”. Comporta o *Subprograma 16202: Promoção dos Direitos Humanos*, que visa o *Reconhecimento do serviço dos indivíduos e grupos que contribuem ao apoio dos valores de direitos humanos, através da atribuição do Prémio Sérgio Vieira de Melo. Está prevista uma só atividade que consiste na “Nomeação dos Candidatos para a Atribuição do Prémio Sergio Vierra de Mello”, com uma meta prevista de 6 candidatos. Estão orçamentados US\$ 60.000.*

O “programa A01: Promover a identidade nacional” tem como objetivo Objetivo de Médio Prazo “Vir a ser um país com uma sociedade com a sua identidade própria, através do poio à promoção da língua Portuguesa e Tetun como línguas para o fortalecimento da coesão do povo de Timor-Leste”. O seu único *Subprograma A0101: Apoio à promoção da língua Portuguesa e Tetun como línguas para o fortalecimento da coesão do povo de Timor-Leste*, tem como meta que “Todos os cidadãos com bom conhecimento nas línguas oficiais de forma a contribuir ao fortalecimento da identidade nacional”, a atingir por meio “Participanação de Funcionarios na promoção da língua Portuguesa e Tetun”. A

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Participação desses funcionários será feita por meio da única atividade prevista que é a produção de documentação e publicidade, como sejam relatórios de atividades e documentacoes; página Facebook; pagina Website; Youtube; Media Nacional. Estão orçamentados \$ 85.000.

No **Fundo de Infraestruturas** está previsto um projeto de renovação do Palácio Presidencial, com uma dotação de \$100.000 (*Projeto 799, página 93 do Livro do Fundo de Infraestruturas*).

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2025 e Orçamento Geral do Estado de 2026

Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão <i>Programas</i>	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
001: Presidência da República			
<i>Programa 162: Estado de Direito Democrático</i>		<i>Não havia este programa em 2025</i>	60.000
	Salários e Vencimentos		
	Bens e Serviços Correntes		60.000
	Transferência Públicas		0
	Capital Menor		0
	Capital Desenvolvimento		0
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>		7.672.901	8,716,112
	Salários e Vencimentos	4.893.100	5,053,746
	Bens e Serviços Correntes	2.051.571	3,177,366
	Transferências Públicas	180.000	165,000
	Capital Menor	150.000	320,000
	Capital Desenvolvimento	398.230	0
<i>Programa A01: Promover a Identidade Nacional</i>		<i>Não havia este programa em 2025</i>	85.000
	Salários e Vencimentos		0
	Bens e Serviços Correntes		85.000
	Transferências Públicas		0

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
<i>Programas</i>			
	Capital Menor		0
	Capital Desenvolvimento		0
<i>Programa A02: Reforçar as Relações e Cooperações Internacionais</i>		150.000	100.000
	Salários e Vencimentos	0	0
	Bens e Serviços Correntes	150.000	100.000
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	0
<i>Programa A35: Fortalecimento da Democracia, Constitucionalidade, Paz, Defesa e Segurança</i>		418.750	694.000
	Salários e Vencimentos	0	0
	Bens e Serviços Correntes	418.750	694.000
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	0
<i>Programa A36: Programas de Desenvolvimento do Presidente da República</i>		1.367.500	1.305.500
	Salários e Vencimentos	0	0
	Bens e Serviços Correntes	546.500	415.400
	Transferências Públicas	821.000	890.100
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	0
<i>Programa A37: Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional</i>		1.235.000	1.214.600
	Salários e Vencimentos	0	0
	Bens e Serviços Correntes	1.235.000	1.214.600
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	0

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Audiência com a Presidência da República:

A Presidência da República esteve representada pela Chefe da Casa Civil, acompanhada da Diretora-Geral e técnicos da Casa Civil.

Em relação ao OGE 2025, informou que a execução atual é de 76%. Em relação OGE 2026, apresentou as dotações para cada categoria económica de despesas. Passou a palavra ao assessor, que procedeu à apresentação um pouco mais detalhada da execução do OGE 2025, com base num relatório escrito, cuja cópia foi fornecida a todos os Deputados.

Em continuação, fez uma apresentação, em linhas gerais, do OGE para 2026.

Em resposta a perguntas dos Deputados, a Chefe da Casa Civil prestou os seguintes esclarecimentos:

- Sobre “Salários e vencimentos”, disse que três assessores, que antes eram pagos pela UN Women e ILO, passarão a ser pagos pelo OGE. Em esclarecimento adicional, solicitado pelos Deputados, informou que estes assessores asseguram funções permanentes da Presidência e não funções ligadas a projetos de duração limitada.
- O aumento em “Bens e Serviços Correntes” é devido à Organização de uma Cimeira Internacional, para a qual estão previstos \$ 300.000 US.
- Outra razão de aumento, além da Maratona de Dili, haverá em 2026 uma iniciativa designada “Adventure Timor of Tour”. Haverá também Festival de Música e Cultura e corrida de bicicleta “Tour de Timor”, todas elas destinadas a promover o turismo e a imagem externa do nosso país.
- Sobre a execução das despesas da Casa Militar em 2025, foi dito que a Casa Militar tem 4 atividades, agrupadas num programa e num subprograma. A razão da baixa taxa de execução, foi explicada pela dispensa de pagamento das senhas de presença aos membros do Conselho Superior da Defesa e Segurança, decisão acordada consensualmente por todos os membros. Foram também reduzidas as despesas de catering, porque as refeições só são fornecidas quando as reuniões têm uma duração superior a 6 horas.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Na continuidade da intervenção dos senhores Deputados:

- Foi retomada a crítica, já recorrente, de que há programas e atividades que são da esfera do Governo e não do Presidente da República. Os programas e atividades do Presidente da República deveriam refletir o exercício das suas funções constitucionais, designadamente a que refere à garantia do bom funcionamento das instituições. Em resposta a esta questão, foi dito que o Presidente da República logo no início do seu mandato foi claro quanto às suas prioridades na ação de cariz social e cultural. Na elaboração dos Planos Anuais, os serviços da Presidência da República estão vinculados às decisões do Presidente da República.
- Sobre a Cimeira dos laureados Nobel, já conformadas 10 presenças para 2026, esta atividade será organizada em colaboração com o Ministério da Educação. O foco será nas áreas da Ciência. Haverá contacto com as Universidades.
- Foi respondido que, apesar do seu papel constitucional de Comandante-em-chefe das Forças Armadas, esclareceu-se que as políticas de defesa e segurança são competência do Governo. O Presidente mantém uma coordenação regular com o Governo.
- Foi feita uma explicação sobre as despesas imputadas aos Serviços Jurídicos e Constitucionais, que inclui aquisição do Jornal da República e outras despesas administrativas e remuneração.
- Sobre as atividades desportivas (maratona e corrida de bicicleta) há uma estreita coordenação com o Governo e as Federações, que se responsabilizam pela organização.

Os Deputados questionaram o montante elevado de US\$ 205.700 para recebimento de credenciais de embaixadores estrangeiros.

Questionaram, como anteriormente já haviam feito, sobre os apoios sociais. Foi respondido que há um enorme esforço de coordenação com o Governo, para a complementaridade da ação dos dois órgãos de soberania e para evitar duplicação.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

II.2.2. Gabinete do Primeiro Ministro

EXECUÇÃO do OGE 2025 por PROGRAMAS

A dotação inicial do Primeiro Ministro para 2025 foi de \$ 3 884 402. A taxa de execução era de 82,8 % na data da realização da audiência final.

Gabinete do Primeiro-Ministro Execução do OGE 2025, por programas					
Programa	Dotação Inicial	Alteração	Dotação Final	Saldo	% Execução
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	3.275.820	5.127.646	0		
A21: Liderar a estratégia política do Governo e a política nacional	608.582	0	0		
TOTAL	3.884.402	5.127.646	9.012.048		82,8 %

Entre a dotação inicial e a dotação final há uma diferença a maior de \$ 5.127.646 US.

Foi explicado durante as audiências que esse montante é proveniente de transferência do órgão “Dotação Geral do Estado”, dos quais \$ 4.927.868 para pagamento de serviços jurídicos prestados por uma firma de advogados.

VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO PARA 2026

A proposta do OGE para 2026 \$ 3 884 402, o que representa uma **diminuição** de \$ 186 870, ou de 5% em relação ao ano de 2025.

Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA						
Órgão <i>Programas</i>	Categorias					Total
	Salários e Venc.	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital Desenv.	
003: Primeiro-Ministro	1.160.478	2.487.054		50.000		3.697.532

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA						
Órgão <i>Programas</i>	Categorias					Total
	Salários e Venc.	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital Desenv.	
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>	1.160.478	2.275.878	-	50.000	-	3.486.356
<i>Programa A21: Liderar a estratégia política do Governo e a Política Nacional</i>	-	211.176	-	-	-	211.176

Os programas para 2026 continuam os mesmos de 2025. Os subprogramas também são os mesmos. O subprograma *A2101: Delimitação de Fronteiras Terrestres e Marítimas*, tinha 2 atividades em 2025 e passa a ter uma só em 2026. Foi eliminada a atividade “A210101: Liderar o processo de negociação com a Indonésia sobre as fronteiras terrestres e marítimas” e foi mantida a atividade “A210102: Orientar a política geral do Governo nas relações externas e representar o Governo perante a comunidade internacional”. Salvo melhor opinião, **parece-nos que faria mais sentido manter a atividade A210101, que diz respeito à negociação sobre fronteiras. Convém esclarecer se foi intencional ou se se trata de um equívoco.**

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2025 e Orçamento Geral do Estado de 2026

Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão <i>Programas</i>	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
003: Primeiro-Ministro		9 012 048	3 697 532
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>		<i>8 403 466</i>	<i>3 486 356</i>
	Salários e Vencimentos	1,137,348	1 160 478
	Bens e Serviços Correntes	6,906,118	2 275 878
	Transferências Públicas		0
	Capital Menor	360,000	50 000
	Capital Desenvolvimento	0	0




Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão <i>Programas</i>	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
<i>Programa 392: Liderar a estratégia política do Governo e a política nacional</i>		608 582	211 176
	Salários e Vencimentos	0	0
	Bens e Serviços Correntes	608,582	211 176
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	0

Audiência com o Gabinete do Primeiro-Ministro

Representou o Gabinete do Primeiro-Ministro o Senhor José Estevão Soares, o assessor-executivo sénior, em representação da Chefe de Gabinete, que forneceu explicações sobre a execução orçamental de 2025 e a proposta de orçamento para 2026.

A execução do **OGE 2025** está em 83%. Sobre a execução de 2025, destacou a despesa de \$4.927.778,78 com o pagamento da firma de advogados DLA Piper. Houve uma transferência de “Todo o Estado” para financiar este pagamento bem como uma outra “Bens e Serviços Correntes”.

Sobre o **OGE 2026**, o aumento em Bens e Serviço Correntes, o grande aumento na categoria “Bens e Serviços Correntes” é justificada pelo grande número de reuniões que haverá, com a entrada do país na ASEN. O aumento da dotação em “Capital Menor” deve-se à renovação do mobiliário, dado o estado de avançada degradação dos móveis.

Respondendo à pergunta dos Deputados, informaram que o financiamento do Grupo de Trabalho para a Reforma da Justiça não é feito pelo Gabinete do Primeiro-Ministro, mas sim pela Presidência do Conselho de Ministros.





Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Solicitaram uma alteração com vista a aditar \$ 60.000 US na categoria “Salários e Vencimentos”, para pagamento do salário do Senhor Primeiro-Ministro, que até agora optara pelo recebimento da pensão vitalícia de ex-titular de órgão de soberania. Com a extinção da pensão vitalícia, o Primeiro-Ministro deixará de receber a pensão vitalícia.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

II.2.3. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros

EXECUÇÃO do OGE de 2025

A dotação inicial do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) para 2025 foi de \$4.956.893. A dotação final, após transferência, ficou em \$7.456.893.

A suplementação da dotação proveio da “Dotação Geral do Estado” para fazer face à necessidade de pagamento de honorários de uma firma de advogados que representa Timor-Leste num processo que corre nos tribunais da Austrália.

A taxa de execução encontrava-se em 81.5% à data da realização da audiência (*fonte: Portal de Transparência, Ministério das Finanças*)

Execução do OGE 2025, por programas					
Programa	Dotação Inicial	Alteração	Dotação Final	Saldo	% Execução
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	2 752 454	2 500 000	5 252 454		79.2%
A29: Política Estratégia Nacional	2 204 439		2 204 439		82.8%
TOTAL	4 956 893	2 500 000	7 456 893		81.5%

VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO PARA 2026

A proposta de dotação para despesas em 2026 é de \$ 4 928 516, representando uma diminuição de \$ 2 528 377, ou seja de -34% em relação a 2025.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA						
Órgão <i>Programas</i>	Categorias					Total
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital Desenv.	
004: Presidência do Conselho de Ministros	3 108 303	1 770 213	0	50 000	0	4 928 516
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>	1 547 345	1 238 258	0	50 000	0	2 835 603
<i>Programa A29: Política Estratégica Nacional</i>	1 560 958	531 955	0	0	0	2 092 913

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2025 e Orçamento Geral do Estado de 2026

Comparação OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão <i>Programas</i>	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
004: Presidência do Conselho de Ministros			
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>		2 780 212	2 835 603
	Salários e Vencimentos	1 311 811	1 547 345
	Bens e Serviços Correntes	1 441 010	1 238 258
	Transferências Públicas		0
	Capital Menor	27 391	50 000
	Capital Desenvolvimento	0	0
<i>Programa A29: Política Estratégica Nacional</i>		4 676 681	2 092 913
	Salários e Vencimentos	1 618 131	1 560 958
	Bens e Serviços Correntes	3 058 550	531 955
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	0

Mantêm-se em 2026 os mesmos programas de 2025.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

No programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, foi eliminado o subprograma 51001: Funcionamento institucional, permanecendo apenas o subprograma 51002: Desenvolvimento Institucional.

No programa A29: Política Estratégica Nacional, mantêm-se os três subprogramas previstos em 2025 e adicionam-se dois novos subprogramas, que são:

- o subprograma A2904: Políticas Públicas, que comporta uma atividade (Realização de estudos técnicos para a conceção e reforma de políticas e colaboração na elaboração de relatórios sobre questões nacionais fundamentais).
- o subprograma A2809: Assuntos Parlamentares, que compreende uma atividade (coordenação de Assuntos Parlamentares)

Audiência com o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros

Estiveram presentes:

O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Sr. Hermenegildo Pereira

O Vice-ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Adérito Hugo da Costa.

A Inspeção Geral do Estado (IGE), representado pelo Inspetor-geral do Estado, Sr. Francisco de Carvalho.

O Centro Nacional Chega!, representado pelo seu Diretor Executivo, Sr. Hugo Fernandes.

Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT), representado pelo seu Diretor Executivo, Sr. Jorge Alves.

A Imprensa Nacional, representada pelo seu Diretor Executivo, Sr. Jaime Correia

Foi dada a palavra ao Ministro e às entidades tuteladas para fazerem uma apresentação sobre a execução do OGE de 2025 e sobre a proposta de orçamento para 2026.

Das suas intervenções, destaca-se o seguinte:

O **Ministro**, usando da palavra, apresentou sumariamente a proposta de orçamento para 2026.

Respondendo às questões colocadas pelos Deputados, esclareceu o seguinte:

- Sobre o processo de estudo sobre os institutos e empresas públicas, explicou que há de facto uma grande proliferação de institutos e empresas públicas. Há um processo muito lento de

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

deliberação. Há o fenómeno de funcionários públicos que pedem licença para irem exercer cargos na administração indireta. O Governo quer reforçar o processo de superintendência. Além disso o Governo pediu a cada uma que justifique porque razão entendem que devem manter o estatuto de instituto ou empresa públicas. A questão foi despoletada por um relatório da Câmara de Contas sobre Timor Gap, questionando a sua capacidade de gestão de largos milhões de dólares, e levou à decisão do Primeiro-Ministro de incumbir a PCM de conduzir um estudo para a reforma do regime das entidades da administração indireta.

- Que, entre outras atribuições, o CNC está incumbido da implementação das decisões da CAVR, o que implica medidas de cariz social.
- Sobre a justificação para a alteração da dotação de 2025, explicou que o adicional de dotação tinha por fim pagar honorários à firma de advogados DLA Piper num processo a correr na Austrália, no montante de \$ 2.500.000 US.
- Sobre a elaboração de propostas de lei deve observar as novas regras de legística do Parlamento Nacional, disse que toma boa nota da questão para ser tido em conta nas próximas iniciativas.

O Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares, em resposta às questões dos Deputados,

- Discorreu sobre a situação da gestão dos recursos humanos, em relação à situação criada pela deslocação de funcionários públicos para a administração indireta.
- Há mais de 40 empresas e institutos públicos. O Governo decidiu pela reestruturação das empresas ou institutos públicos, a começar pelo controlo do número de funcionários, razão pelo qual realizou cortes nas dotações para salários e vencimentos.
- Sobre a construção de casas pelo CNC, explicou que esta ação se insere como medida de reparação, prevista nas recomendações da CAVR. Aditou que a razão de ser o CNC a realizar as construções e não o Ministério das Obras Públicas está no fato de a construção pelo Ministério terem um custo muito mais elevado, enquanto que o CNC usa um modelo participativo, envolvendo a comunidade. O seu custo é de cerca de \$ 17 000 US.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

- O AMRT tem instruções expressas do Governo para acelerar a recolha de testemunhos e levantamento de abrigos e outros sítios, porque há o risco de virmos a perder os protagonistas com o passar dos anos e a sua idade avançada.

A **Inspeção Geral do Estado** fez referência aos montantes das dotações por categoria económica e a taxa de execução global. Taxa de execução é de 56%.

Em resposta à questão dos Deputados esclareceu que:

- A baixa taxa de execução está relacionada com a categoria “Salários e Vencimentos”, e foi devida à impossibilidade de recrutamento de funcionários previsto realizar em 2025, por falta de preenchimento das vagas abertas em concurso público.
- Informou sobre o total de funcionários e a sua distribuição por categorias (permanentes, temporários). Informou que a IGE segue o regime geral da Função Pública, uma vez que não é parte da administração indireta.

O **Centro Nacional Chega!** referiu-se aos programas e respetivas dotações, ao número de funcionários e a taxa de execução, que é de 76% com uma projeção de mais de 90% até ao final do ano. Destacou como uma das principais atividades o festival. Para 2026, solicitou um adicional para salários, porque sofreram uma redução para 2026. Pedem também um adicional para a Casa para Sobreviventes; e ainda mais US\$ 10.000 para atividade de reconciliação.

Respondendo às questões colocadas pelos Deputados, esclareceu o seguinte:

- Que o CNC não tem assessores internacionais pagos por eles. A assessoria internacional é de caráter voluntário, sem nenhuns custos para o CNC, a não ser viagens locais.
- Que a sua tabela salarial é a mais baixa de todos os institutos e empresas públicas. O salário mais alto é o de US\$ 1.600 para diretores. Por outro lado, sobre como enfrentar a redução de dotação para salários, não podemos recorrer à redução de funcionários, porque são todos funcionários permanentes.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

- Sobre a ação de assistência social, como medida de reparação, disse que o seu alvo são as vítimas mais vulneráveis e sem outro apoio do Estado. Uma vez identificados essas pessoas são encaminhadas, conforme o caso para o MSS ou Ministério da Saúde.
- Afirmou que é necessário continuar a trabalhar nos processos de reconciliação interna, na sequência dos conflitos que deixaram sequelas de ódio ainda presentes entre nós. Os US\$ 10.000 alocados para 2026, tem a finalidade de financiar iniciativas neste sentido.

O **Arquivo e Museu da Resistência Timorense** referindo-se ao orçamento de 2025 informou que a taxa de execução atual e disse que esperam atingir 99% até final do ano. Receitas de ingressos/visitas ultrapassou US\$ 19.000 US. Destacou entre as atividades realizadas em 2025, a realização de entrevistas de alguns líderes da Resistência, a recuperação do abrigo de Taur Matan Ruak.

Respondendo às questões colocadas pelos Deputados, esclareceu o seguinte:

- Reforçou os argumentos sobre a necessidade urgente de recolha dos depoimentos dos protagonistas da Resistência e da realização de pesquisas para a confirmação das informações recolhidas. Por isso é necessário realizar estudos/pesquisas.

A **Imprensa Nacional** referiu-se à atual taxa de execução e mencionou a expectativa de conclusão do novo edifício no ano de 2026. Para o ano de 2026 um dos principais projetos é a digitalização e a possibilidade de aquisição online do Jornal da República.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

II.2.4. Ministério da Administração Estatal

EXECUÇÃO do OGE de 2025

A dotação inicial do Ministério da Administração Estatal para 2025 foi de US\$ 25.998.921.

A dotação final, após adicional ficou em US\$ 26.098.921. A taxa de execução era de 63.5 % em 23.10.2025

Execução OGE 2025 POR PROGRAMAS					
Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Saldo	% Exec.
025: Descentralização Administrativa e Poder local	5.519.108			1,420,528	68.0%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	19.076.701			5,801,221	62.0%
980: Inclusão Social.	103.200			65,334	35.6%
A23: Toponímia e Organização Urbana	707.648			201,120	68.8%
A24: Desenvolvimento Local	592.264			185,687	67.2%
TOTAL	25.998.921		26 098 921	7,673,891	63.5 %

VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO PARA 2026

A proposta do OGE para 2026 é de US\$ 22.266.888, representando uma diminuição de US\$ 2.528.377, ou seja, de menos 15% em relação a 2025.

Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA						
Título <i>Programas</i>	Categorias					Total
	Salários e Vencim.	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
016: Ministério da Administração Estatal	8.944.903	10.760.280	2.203.705	358.000	-	22.266.888




Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA						
Título <i>Programas</i>	Categorias					Total
	Salários e Vencim.	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	1.018.787	494.000	1.050.000	-	-	2.562.787
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	6.527.848	9.343.280	1.153.705	151.000	-	17.175.833
Programa 980: Inclusão Social	-	65.000	-	-	-	65.000
Programa A23: Toponímia e Organização Urbana	304.763	280.000	-	-	-	584.763
Programa A24: Desenvolvimento Local	274.580	254.000	-	-	-	528.580
Programa A47: Reforma da Administração Local e Simplificação Administrativa do Governo Local	818.925	324.000	-	207.000	-	1.349.925

Para o ano de 2026, foi introduzido um programa novo, passando a haver 6 programas. O programa novo é o “*Programa A47: Reforma da Administração Local e Simplificação Administrativa do Governo Local*”. Este programa contém um único subprograma intitulado “*Simplificação do Atendimento Público na Administração Local*”, que comporta 4 atividades.

No total o Ministério da Administração estatal possui 6 Programas, 11 Subprogramas e 33 Atividades.

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2025 e Orçamento Geral do Estado de 2026

Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão <i>Programas</i>	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
016: Ministério da Administração Estatal		26.098.921	22.266.888




Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
<i>Programas</i>			
<i>Programa 025: Descentralização administrativa e Poder Local</i>		5.618.123	2.562.787
	Salários e Vencimentos	2.158.758	1.018.787
	Bens e Serviços Correntes	1.777.168	494.000
	Transferências Públicas	1.545.182	1.050.000
	Capital Menor	38.000	0
	Capital Desenvolvimento	0	0
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>		19.150.013	17.175.833
	Salários e Vencimentos	8.968.877	6.527.848
	Bens e Serviços Correntes	9.129.301	9.343.280
	Transferências Públicas	658.523	1.153.705
	Capital Menor	320.000	151.000
	Capital Desenvolvimento	0	0
<i>Programa 980: Inclusão Social</i>		101.464	65 000
	Salários e Vencimentos	23.604	0
	Bens e Serviços Correntes	79.596	65.000
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	0
<i>Programa A23: Toponímia e Organização Urbana</i>		662,056	584 763
	Salários e Vencimentos	17.460	304.763
	Bens e Serviços Correntes	390.188	280.000
	Transferências Públicas	0	
	Capital Menor	0	
	Capital Desenvolvimento	0	
<i>Programa A24: Desenvolvimento Local</i>		567,264	528 580
	Salários e Vencimentos	288.144	274.580
	Bens e Serviços Correntes	304.120	254.000
	Transferências Públicas	0	0




Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão <i>Programas</i>	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	0
<i>Programa A47: Reforma da Administração Local e Simplificação Administrativa do Governo Local</i>		<i>Não existia em 2025</i>	<i>1.349.925</i>
	Salários e Vencimentos	---	818.925
	Bens e Serviços Correntes		324.000
	Transferências Públicas		0
	Capital Menor		207.000
	Capital Desenvolvimento		0

Audiência com o Ministério da Administração Estatal

Estiveram presentes:

O Ministro da Administração Estatal, Sr. Tomás do Rosário Cabral.

O Vice-ministro da Administração Estatal, Sr. Jacinto Rigoberto de Deus.

O Secretario de Estado do Desenvolvimento Local, Sr. Mateus dos Santos Tallo.

Os Presidentes das Autoridades Municipais

Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE)

Arquivo Nacional de Timor-Leste

Instituto Nacional da Administração Pública

Na apresentação feita pelo Ministro, este destacou as seguintes questões relativamente à proposta de OGE 2026:

- Realização do recenseamento eleitoral, com vista às eleições do poder local que serão realizadas em 2027, de acordo com Resolução do Governo
- Programa de divulgação sobre o poder local e as eleições municipais em 2027.
- Na categoria das Transferências, destacou as despesas com o subsídio para tratoristas agrícolas e o subsídio dos chefes de suco e despesas de eletricidade dos sucos.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

- Merenda escolar e os seus problemas, incluindo a retirada do apoio da Care Internacional, que deixou de ter apoio financeiro dos EUA.
- Divulgação pelos sucos sobre a implementação do poder local
- Recenseamento populacional já está disponível online, desagregado até ao nível da aldeia
- Já está em funcionamento o “portal dos municípios”.
- PEDM proposto pelos municípios teve de ser diminuído.
- Festa Cultural Fronteira, realizada no Suai, para promover o intercâmbio transfronteiriço, incluindo de produtos agrícolas.
- Iniciativas para a instalação dos Conselhos consultivos municipais
- O orçamento total dos municípios é de 139 milhões USD
- A merenda escolar a um ratio de \$0,42/aluno, totalizaria 29 milhões USD
- Celebrações dos 50 anos da Proclamação da Independência

Às questões levantadas pelos Deputados, foram fornecidos os seguintes esclarecimentos:

- Sobre plano de urbanização, esclareceu que estão atualmente a ser elaborados alguns e outros já ser implementados.
- Sobre o apoio aos agricultores com tratores para arar a terra.
- Sobre concursos públicos de aprovisionamento pelos municípios, explicou que o processo inclui uma fase de pré-qualificação e ajustes diretos.
- Salários em atraso de trabalhadores contratados pelo município de Dili, foi dito que esses trabalhadores são casuais contratados para trabalhos de reciclagem de plástico, que transitaram da China Harbour, cujo contrato foi suspenso, com base em decisão da Câmara de Contas. São 200 trabalhadores.
- Sobre a taxa de 70% de conteúdo local na confeção de merenda escolar, explicou que os agricultores vendem a outros compradores por preços mais elevados do que aqueles que o Estado pode pagar.
- Sobre porto em Ataúro, reconheceu que de fato não tem espaço para os barcos que vão de Dili.



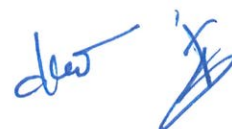
Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Os Deputados pronunciaram-se sobre as seguintes questões, com comentários e pedidos de esclarecimentos:

- Centralização dos investimentos em Dili e a falta de investimento em setores produtivos nos municípios. Não há medidas políticas para atrair as pessoas para setores de produção agrícola. Os agricultores estão a migrar das suas áreas profissionais para outros setores.
- Sobre a necessidade de descentralização de competências aos municípios para manutenção e reparação de estradas.
- Sobre a aquisição de ambulância e carros funerários, é preciso clarificar a competência entre o Ministério da Administração Estatal e os outros Ministérios. Sobre esta matéria foi esclarecido que isso é feito com base em acordos inter-ministeriais, conforme está descrito no documento distribuído aos Deputados. O mesmo se passa com os programas na área da agricultura (extensionistas agrícolas e tratoristas), com a correspondente transferência de financiamento para a sua execução pelos municípios.
- Sobre a gestão do lixo, que é devia ser competência dos municípios, é realizado pela Administração Central. Por outro lado, porque não se pensa em usar o lixo para a produção de energia?

Sobre o assunto, foi dada explicação sobre o concurso para contratação de serviços de tratamento de lixo em Dili, tendo sido dito que o processo de aprovisionamento foi cancelado, por recusa de visto prévio e será aberto um outro concurso.

- Sobre a intenção do Governo de rever as leis do poder local, defendendo que não era oportuno, uma vez que a lei ainda não foi implementada.
- Sobre a necessidade de apoio pelos municípios ao setor da produção agrícola, porque se nota um abandono gradual de terras agrícolas. A juventude não se quer dedicar à agricultura.
- Sobre a necessidade de promoção do consumo da produção local, aumento da produção agrícola local, emprego local e retenção da população e diminuição do êxodo urbano.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

- Sobre a questão do relacionamento entre os Presidentes das Autoridades Municipais e os diretores municipais da Administração Central, hierarquia e visão comum e cumprimento de planos comuns.
- Sobre o subprograma de “Segurança Nacional”, que carece de clarificação. A clarificação foi dada pelo Ministro, que se referiu à segurança alimentar em caso de desastre natural.

Intervieram ao Presidentes das Autoridades Municipais, fornecendo as seguintes explicações:

- Pela Presidente da Autoridade Municipal de Baucau, focando a sua intervenção nos assuntos relacionados com os concursos de aprovisionamento; os programas agrícolas, com destaque para o número de hectares de terras cultivadas e a produção de arroz e milho, a qual foi levada para o mercado, e a reutilização de terras agrícolas abandonadas. Referiu-se à quantidade de combustível de que precisariam para o total de terras aráveis no município, e ao número de extensionistas em serviço nos municípios.
- Pela Presidente da Autoridade Municipal de Ainaro, focando a sua intervenção no seguinte: número de funcionários e a sua distribuição pelos sucos (9 em cada); trabalhos de água e saneamento, área para a qual o orçamento é muito limitado; previsão de dotação no setor das obras públicas há dotação para pequenas obras de reabilitação de estradas; subvenção escolar, para ajuda a alunos na aquisição de cadernos para exames; dotação para despesas de manutenção dos tratores agrícolas; na agricultura, desenvolvem um esforço enorme para promover o aumento da produção.
- Pelo Presidente da Autoridade Municipal de Bobonaro, respondendo à questão colocada pelos Deputados sobre a agricultura, referiu-se ao número de máquinas agrícolas, áreas de cultivo em hectares, dotação orçamental para a agricultura, ao número de extensionistas, à falta de mão de obra na agricultura, ficando os campos agrícolas abandonados. Adicionou a informação sobre a recente aprovação no mês de setembro do plano municipal para 5 anos, 2025-2030.

Foi dada a palavra aos restantes PAM, para uma breve apresentação do que tivessem por pertinente levar ao conhecimento dos Deputados. Intervieram os PMA dos Municípios de:

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

- Viqueque, que destacou o sonho de alargamento da cidade de Viqueque e a construção de nova cidade.
- Covalima, que falou do plano urbanístico da cidade capital Suai, os programas agrícolas, destacando o número de hectares cultivados e quantidades produzidas.
- Manufahi, que referiu que as dotações para “bens e serviços correntes” é insuficiente. Falou da gestão de lixo, dos esforços de promoção da produção agrícola, focada na mudança de mentalidades e consciencialização dos proprietários das terras.
- Liquiça, que referiu a sua expectativa para as próximas eleições municipais, afirmando que Liquiça está pronta para o poder local.
- Ermera, que se referiu às dotações orçamentais para 2026, desagregadas por categorias económicas. A dotação para a manutenção das viaturas é insuficiente, considerado o estado das viaturas.
- Manatuto, que mencionou a necessidade de um fundo para atender a trabalhos de manutenção de estradas, e realçou o impacto do estado das estradas tem no preço das mercadorias. Falou de um programa de intervenção social de apoio às famílias mais vulneráveis sem autossuficiência alimentar.
- Ataúro, que mencionou que não há problemas de transporte, de passageiros bem como para evacuação de doentes. Que estão focados na promoção das potencialidades turísticas da ilha.
- Lautém, que se referiu aos planos para criar receitas relacionadas com o turismo. A realização de um seminário sobre urbanização da capital. A preparação do Plano estratégico de desenvolvimento municipal.
- Aileu, que iniciou pela agricultura e os apoios com tratores, sementes e extensionistas, referindo que não são especializados e que por isso já pediram ao MAP a sua formação e especialização. Sobre a merenda escolar, o esforço está focado na utilização de produtos locais. Mencionou a dificuldade em meios de transporte.
- Dili, que iniciou por se referir às tentativas de pagamento de salários dos trabalhadores já atrás mencionados. Lamentou que o orçamento para os jardins e parques, transitou para o Ministério do Turismo.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

II.2.5. Ministério da Justiça

EXECUÇÃO do OGE de 2025

A dotação orçamental do Ministério da Justiça para 2025 foi de \$12 876 049 e a execução era de 74.1%, na data da realização da audiência

<u>Execução OGE 2025 por PROGRAMAS</u>					
Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Saldo	% Execução
029: Reformas do Estado	227 497	0		74 944	67.0%
392: Acesso à Justiça	9 470 744	0		2 331 688	74.7%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	3 167 842	0		833 455	73.0%
980: Inclusão Social.	9 966	0		3 836	61.5%
TOTAL	12 876 049	0		3 243 924	74.1%

VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO PARA 2026

A proposta de orçamento para 2026 é de US\$ 14 127 131, representando um aumento de US\$ 1 252 082, ou seja, de 10% em relação a 2025.

A seguir exibe-se a distribuição das dotações para despesas, por programas e categorias económicas.

<u>Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA</u>						
Órgão <i>Programas</i>	Categorias					Total
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
015: Ministério da Justiça	7.707.129	5.604.415	-	350.000	465.587	14.127.131
Programa 029: Reformas do Estado	193.817	-	-	-	-	193.817

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

<u>Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA</u>						
Órgão <i>Programas</i>	Categorias					Total
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
Programa 392: Acesso à Justiça	5.656.326	4.337.163	-	142.350	465.587	10.601.426
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1.856.986	1.256.382	-	207.650	-	3.321.018
Programa 980: Inclusão Social	-	10.870	-	-	-	10.870

Para 2026 estão planeados os mesmos programas de 2025, num total de 5 programas. Os subprogramas também são os mesmos, exceto no “Programa 029: Reformas do Estado”, onde se substituiu o *Subprograma 02903: Consolidação Legislativa* pelo *Subprograma 02902: Quadro Legal*.

Ao todo são 15 subprogramas e 44 atividades previstas para 2026.

Estão previstas 18 iniciativas legislativas, no âmbito do *Subprograma Quadro Legal*.

A descrição completa dos programas, subprogramas e atividades encontram-se no Livro Desenvolvimentos Orçamentais – Estrutura por Programas, págs. 82-83.

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2025 e Orçamento Geral do Estado de 2026

<u>Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS</u>			
Órgão <i>Programas</i>	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
015: Ministério da Justiça		12.876.049	14.127.131
<i>Programa 029: Reformas do Estado</i>		<i>191.497</i>	<i>193.817</i>
	Salários e Vencimentos	178.712	193.817
	Bens e Serviços Correntes	12.785	
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	0
<i>Programa 392: Acesso à Justiça</i>		<i>9.546.425</i>	<i>10.601.426</i>
	Salários e Vencimentos	5.976.626	5.656.326

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
<i>Programas</i>			
	Bens e Serviços Correntes	3.104.568	4.337.163
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	200.000	142.350
	Capital Desenvolvimento	265.231	465.587
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>		3.128.161	3.321.018
	Salários e Vencimentos	1.926.764	1.856.986
	Bens e Serviços Correntes	1.201.397	1.256.382
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	0	207.650
	Capital Desenvolvimento	0	0
<i>Programa 980: Inclusão Social</i>		9.966	10.870
	Salários e Vencimentos	0	0
	Bens e Serviços Correntes	9.966	10.870
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	0

A **Polícia Científica de Investigação Criminal** teve o seu orçamento aumentado em 10%, em relação a 2025, passando de \$ 2.184.301 para \$ 2.412.301. Mantêm-se os mesmos programas, que são o “Acesso à Justiça” com uma dotação de \$ 2.159.168, e o “Funcionamento e Desenvolvimento Institucional”, com uma dotação de \$ 253.133.

O Programa “Acesso à Justiça”, compreende um só subprograma, o *Subprograma 39219: Investigação e prevenção criminal*, que integra três atividades. Não há alterações em relação ao ano de 2025.

A **Defensoria Pública** teve o seu orçamento aumentado em 87%, em relação a 2025, passando de US\$ 1.717.730 para \$ 3.217.805. Este aumento é devido às dotações para Capital Menor e Capital de Desenvolvimento, para fazer face às obras de construção de Delegações Municipais.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Em 2026 continua com os dois programas de 2025, que são “Acesso à Justiça” com uma dotação de \$ 2.048.800, e o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, com uma dotação de \$ 1.169.005. No programa “Acesso à Justiça”, que possui um só subprograma (Acesso à Justiça), foi eliminada uma atividade que existia em 2025, que é a atividade de “Formação e capacitação de recursos humanos”, que tinha uma dotação de US\$ 3.072 na categoria Bens e Serviços. As demais três atividades continuam em 2026.

No programa “Funcionamento e Desenvolvimento Institucional”, foi eliminado o subprograma “Parcerias”, que tinha a atividade “Cooperação e parcerias”, com uma dotação de US\$ 1.920 na categoria Bens e Serviços.

Audiência com o Ministério da Justiça e entidades tuteladas

Estiveram presentes:

O Ministro da Justiça, Dr. Sérgio Hornai,

O Vice-Ministro para o Fortalecimento Institucional, Dr. Paulo Remédios

O Diretor da Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC), Dr. Vicente F. de Brito

A Defensora Pública Geral Adjunta, Dra. Márcia Maria Filipe Sarmento, acompanhada da ex-Adjunta Olga Barreto Nunes

A Diretora do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), Dra. Marcelina Tilman

O Presidente da Comissão de Terras e Propriedades, Dr. Pascoal da Costa.

Principais questões abordadas na audiência

O **Ministro da Justiça** começou por se referir às principais atribuições do Ministério da Justiça, nos termos da Lei Orgânica do Governo, bem como se referiu às atribuições das 4 principais unidades orgânicas centrais do MJ e das entidades tuteladas, com destaque para a produção legislativa, gestão de terras e formação jurídica e judiciária.

Fez a entrega de um documento contendo o plano e orçamento do MJ para 2026.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Uma das prioridades é o fortalecimento das instituições da Justiça, como sejam, por exemplo, a CAC e a PCIC, para cujo fim o MJ tem se esforçado em estabelecer parcerias e cooperação internacionais, bem como os serviços de Registo Civil e Notariado.

Disse que apostam na inclusão social na política judicial, através da transversalidade das políticas de género. E inclusão nas ações de formação e na ação do MJ em todos os setores da justiça.

A reforma Justiça em coordenação com o Grupo de Trabalho de Reforma da Justiça, compreende:

- A instalação do STJ;
- O acesso à justiça, através designadamente do alargamento da Defensoria Pública, onde enfrentamos a falta de Defensores para realizar esse fim;
- A reabilitação construção de edifícios dos tribunais e Defensoria Pública em vários municípios.

O Plano do Ministério da Justiça para 2026 é composto de 4 Programas, 18 subprogramas.

OGE para 2025, de \$12.876.049 US, a taxa de execução até 10 de outubro era de 70.1%. Referiu-se aos montantes das despesas e dos saldos por categorias económicas de despesas.

O MJ possui 127 dirigentes (cargos de direção e chefia), 1.194 funcionários. Destes 32 irão para a reforma obrigatória.

As receitas arrecadadas pelo MJ provêm de duas fontes: da emissão de passaportes, agora também feita no exterior, na Coreia e na Austrália, e do arrendamento de propriedades do Estado. De acordo com o Portal da Transparência, na data da audiência eram de (a) Terras e Propriedades \$4.286.423; (b) Registos e Notariado \$2.362.920.

Voltando à proposta de orçamento para 2026, elencou as iniciativas legislativas que pretende ver aprovadas em 2026, as quais estão listadas no Plano Anual do Ministério (Livro II-A, pág. 112).

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Procedeu a uma breve apresentação da sistemática do documento fornecido aos Deputados sobre a execução de 2025 e a proposta para 2026, que usou para guiar a sua apresentação, que se seguiu, sobre a proposta de orçamento para 2026.

A **Polícia Científica de Investigação Criminal** destacou as seguintes questões sobre a execução do OGE de 2025:

- Instalação do sistema da INTERPOL de controlo de entrada e saída de estrangeiros, integrado com o sistema MIDAS do Serviço de Migração.
- Laboratório científico e continuação da sua modernização

Procedeu depois à apresentação da proposta para 2026, destacando as principais atividades e respetivas dotações, segundo a natureza económica das despesas.

A **Defensoria Pública** iniciou pela apresentação da execução do orçamento de 2025. Fez referência ao Programa, subprogramas e respetivas atividades. Procedeu a uma comparação entre as dotações de 2025, referindo que em 2025 não havia dotação para Capital Menor nem Capital de Desenvolvimento.

Apresentou informação sobre as atividades de assistência Judiciária e extrajudiciária prestada em 2025 aos cidadãos, num total de 4.669 em casos crime e 2.277 em casos cíveis.

Ainda sobre as atividades de 2025, referiu-se a outras atividades, que compreenderam as ações de divulgação do papel da DP entre estudantes universitários, conciliação e mediação disputas sobre terras.

Informou igualmente sobre o número de profissionais afetos à Defensoria Pública, donde se destacam 34 defensores públicos e 4 estagiários.

A informação detalhada sobre todos estes dados foi fornecida em documento distribuído aos Deputados.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

As questões dos Deputados, responderam, clarificando o seguinte:

- Sobre a questão de quando será implementada emissão de **títulos de propriedade imobiliária**, e se há dotação prevista para esse fim; e se estamos devidamente preparados para os desafios que a adesão à ASEAN vai provocar, foi afirmado que:
 - Reconhece que é necessário alterar o diploma legal sobre o arrendamento das propriedades do Estado.
 - Continua o processo de levantamento e registo de parcelas, com o recrutamento de novos funcionários e a sua formação.
 - Vão conceder, recentemente mais de 400 títulos de propriedade.
 - Já levantaram mais de 3 mil parcelas em Oe-Cusse, já tendo atribuído 49 títulos.
 - Já foi aprovado e promulgado, aguardado publicação, o regime jurídico do domínio público e privado do Estado.
 - O Estado tem concedido terras para empresas estrangeiras interessadas em investir no país, como por exemplo a recente atribuição de terras para a construção de estaleiro naval e também.
 - A provação recente o Regime jurídico de gestão e utilização dos bens imóveis dos domínios do Estado, criará mais facilidades no arrendamento de terras do Estado para investidores.
- Sobre as formação e elevação da qualidade dos recursos humanos, onde os Deputados quiseram saber quantas profissionais (Juízes, Procuradores e Defensores Públicos) beneficiaram de formação para esse fim,
 - Referiu que se está a trabalhar na formação, nomeadamente com recurso à cooperação com Portugal, com um amplo programa de formação em universidades portuguesas. Prevê-se igualmente a formação dos magistrados com graus de mestrado e doutoramento.
- Sobre a instalação do STJ, as necessidades não são apenas de magistrados, mas também de funcionários de apoio. Sobre como está a ser pensada a solução para esse fim, foi respondido que já foi aprovado pelo Governo um roteiro para a instalação do STJ.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

- Sobre a condição dos Guardas Prisionais, alimentação nos estabelecimentos prisionais, foi esclarecido que está em andamento o processo de aprovisionamento para fornecimento de refeições.
- Sobre a reforma na investigação criminal, foi informado que já está elaborada uma proposta de alteração à lei, seguindo o princípio de que a CAC ficará com a prevenção e a PCIC ficará com a investigação criminal.
- Pela PCIC Foi fornecido o esclarecimento sobre as vantagens da utilização dos mecanismos de cooperação internacional, designadamente através da INTERPOL, que permitiu a Timor-Leste resolver inúmeros casos de crime transfronteiriço.
- A Defensoria Pública defendeu a manutenção das suas dotações, principalmente na categoria de “Capital de Desenvolvimento”, para construção das delegações municipais.

Outras questões levantadas pelos Deputados incluíram:

- A Casa onde residiu o Proclamador da República, no bairro de Lecidere, em Dili, que não foi preservada como lugar de interesse histórico.
- A incapacidade de produzir passaportes em número suficiente para satisfazer os pedidos dos cidadãos.
- A capacidade dos serviços competentes de controlo da finalidade de entrada dos cidadãos estrangeiros, em visto do elevado número de entradas anuais.
- A revisão do estatuto dos Guardas Prisionais, onde quiseram saber para quando será agendada.
- A necessidade de formação especializada dos quadros da área de gestão de terras e a questão da preservação da memória institucional, pela manutenção dos quadros especializados nas suas áreas.
- As bolsas de estudo previstas no FDCH para o setor da Justiça.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

II.2.6. Tribunais

EXECUÇÃO DO OGE DE 2025

O orçamento para 2025 foi de \$ 4.670.395. A taxa de execução em 24/10/2025 era de até 83.3%.

Execução OGE 2025 por PROGRAMAS					
Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Saldo	% Exec.
171: Aproximar os Serviços dos Tribunais da População	3.888.828	11.000	3.900.628	635.219	83.5%
392: Acesso à Justiça	26.000	52.480	78.480	11.480	85.4%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	755.567	-64.280	691.287	73.363	82.2%
TOTAL	4.670.395		4.670.395	720.063	83.3%

VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO PARA 2026

A proposta de orçamento para 2026 é de \$ 8.174.725, representando um **aumento** de \$ 3.504.330 ou **75,03 %**, em relação a 2025.

Convém lembrar que em 2025 houve uma redução de 16% e que em 2024 já tinha havido uma redução de 25 % em relação a 2023.

A seguir apresenta-se uma tabela com as dotações por programas e categorias económicas

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA						
Órgão	<i>Programas</i>	Categorias económicas				Total
		Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital Desenvol.
033: Tribunais		5.556.002	1.362.723	-	790.000	466.000
	<i>Programa 171: Aproximar os Serviços dos Tribunais da População</i>	5.556.002	859.707	-	-	466.000
	<i>Programa 392: Acesso à Justiça</i>	-	92.165	-	-	-
	<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>	-	410.851	-	790.000	-

Os programas de 2026 continuam a ser os mesmos do ano de 2025.

Nos subprogramas só há uma alteração em relação ao Programa *Aproximar os Serviços dos Tribunais da População* (programa 171), onde foi eliminado o subprograma *Legislação* e foi introduzido um novo subprogramas denominado *Edifícios dos tribunais* (Subprograma 17106).

Além do financiamento de \$ 8.174.725 constante das dotações para despesas da **Administração Central**, TABELA V (página 23 da PPL), os Tribunais serão ainda dotados de \$ 2.545.223 provenientes do **Fundo de Infraestruturas** destinados a:

“2.5 Apoio dos Serviços Judiciais à População

A fim de prestar melhores e mais eficazes serviços à população, o setor judicial requer igualmente o desenvolvimento das infraestruturas físicas. Os investimentos do FI em projetos abrangem principalmente a construção de tribunais e instalações de apoio. A partir de 2022, o Programa de Apoio aos Serviços Judiciais para a População foi integrado no novo portfólio do FI. O orçamento para o Programa para 2026 é de US\$ 2.545.223.” (Livro Fundo de Infraestruturas, pag. 12).

Ver discriminação dos projetos no Livro do Fundo de Infraestruturas, págs. 67 e 68, projetos n.º 506 ao n.º 519 - Programa 171: Aproximar os Serviços dos Tribunais da População.

Há dotações para a Justiça provenientes do **Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano** (FDCH) no valor de \$ 2.084.177. Lê-se no Livro do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, o seguinte:

“1.7 Setór Estratéjiku sira ne’ebé sai foku ba FDCH:




Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

FDCH foka ninia finansiamentu hodi forma ema liuhosi setór importante sira tuirmai ne'e:

1.2. Setór Justisa: Investe iha kapitál umanu iha setór judisiál nu'udar esforsu ida atu hasa'e kualidade rekursu umanu iha sistema legál no justisa nia laran, hanesan juis, prokuradór, advogadu, no ofisiál aplikasaun lei sira seluk. **Objetivu** maka atu hametin integridade, profisionalizmu, no kapasidade hosi instituisaun judisiál sira atu nune'e sira bele aplika lei ho justu, transparente, no responsabiliza." (*Página 4 do Livro do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano*)

No FDCH, o financiamento para o setor da Justiça consiste na atribuição de bolsas de estudo, conforme se discrimina a seguir, geridas no âmbito do Grupo de Trabalho da Reforma da Justiça, no Gabinete Primeiro Ministro. (*Página 15 do Livro do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano*). **Esta dotação, porém, não incluiu magistrados judiciais nem oficiais de justiça.**

Além das dotações acima indicadas, provenientes do OGE, os Tribunais receberão ajuda dos Parceiros de Desenvolvimento no valor de **US\$ 168.700**, no âmbito do projeto do Banco Asiático de Desenvolvimento, com fundos do Japão (projeto TA-6909-REG: Reforço da gestão financeira pública em países selecionados do Sudeste Asiático), que consiste em:

"A assistência técnica (AT) de conhecimento e apoio para o Fortalecimento da Gestão Financeira Pública em Países selecionados do Sudeste Asiático ajudará países selecionados do Sudeste Asiático a solucionar deficiências na gestão financeira pública (GFP). Especificamente, a AT: (i) desenvolverá abordagens fiscais inovadoras e específicas para cada país, a fim de aumentar o cumprimento voluntário na República Democrática Popular do Laos (RDP do Laos), Tailândia e Vietname; (ii) reforçará a capacidade das instituições superiores de auditoria (ISCs) da RDP do Laos, Timor-Leste e Vietname, para trabalharem com os auditores do sector privado (AEPs) a fim de melhorar a qualidade das auditorias externas dos fundos públicos; e (iii) auxiliará a Região Autónoma de Bangsamoro em Mindanao Muçulmano (BARMM), nas Filipinas, a estabelecer novas instituições e órgãos de GFP." (*Livro dos Parceiros de Desenvolvimento, página 73*)

Comparação do Orçamento Geral do Estado de 2025 com a proposta de OGE 2026



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão <i>Programas</i>	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
033: Tribunais		4.670.395	8.174.725
<i>Programa 171: Aproximar os Serviços dos Tribunais da População</i>		3.900.628 <i>(3.888.828+11.000)</i>	6.881.709
	Salários e Vencimentos	3.454.572	5.556.002
	Bens e Serviços Correntes	446.056 <i>(434.256+11.800)</i>	859.707
	Transferência Públicas	0	0
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	466.000
<i>Programa 392: Acesso à Justiça</i>		78.480 <i>(26.000+52.480)</i>	92.165
	Salários e Vencimentos	0	0
	Bens e Serviços Correntes	78.480 <i>(26.000+52.480)</i>	92.165
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	0
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>		691.287 <i>(755.567-64.280)</i>	1.200.851
	Salários e Vencimentos	0	0
	Bens e Serviços Correntes	416.287 <i>(465.567-49.280)</i>	410.851
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	275.000 <i>(290.000-15.000)</i>	790.000
	Capital Desenvolvimento	0	0

AUDIÊNCIA COM OS TRIBUNAIS




Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Esteve presente o Presidente do Tribunal de Recurso e Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Dr. Afonso Carmona, acompanhado de dirigentes dos serviços administrativos e financeiros.

Dada a palavra ao Senhor Presidente do TR, fez uma breve apresentação da execução do OGE de 2025 e referiu que a prioridade para o ano de 2026 será a instalação dos tribunais superiores.

Foi dada a palavra ao Senhor Diretor de Finanças que apresentação sobre execução orçamental, da qual se destaca o seguinte:

- Apresentou o estado da execução do orçamento de 2025.
- Apresentação das prioridades para 2026, destacando:
 - Salários para os juízes dos tribunais superiores a instalar em 2026
 - Obras de construção e reabilitação de tribunais distritais
 - Despesas com salário e vencimentos
 - Despesas com bens e serviços, pormenorizando as despesas em cada subcategoria e item.
 - Despesas de Capital Menor, mencionando que defenderam junto do Governo a necessidade de mais viaturas para os novos juízes dos tribunais superiores e os novos juízes estagiários. Compra de laptops, câmaras de vigilância, mobiliário.
 - Capital de Desenvolvimento, mencionando despesas nas pagas em 2025 que transitam para 2026, pagamento de compensação por terras cedidas para construção, obras nos tribunais de primeira instância

Às perguntas dos senhores Deputados foram dados os seguintes esclarecimentos:

- Bolsas de estudo, são um programa do Ministério da Justiça e não dos tribunais. Os juízes não estão contemplados

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

- Manutenção de viaturas é feita em oficinas escolhidas pelo Património do Estado, mas em 2026 serão os Tribunais a escolher as oficinas.
- O desenho para a construção do novo STJ, em Colmera, está a ser elaborado.
- Os dados da execução orçamental são os refletidos no Portal da Transparência, onde se vê uma taxa de execução alta para o Capital Menor e não 0 %, como foi referido.
- Esperamos chegar ao fim do ano com uma taxa de execução total próximo dos 100%.
- As viaturas são justificadas por necessidade de renovação de viaturas velhas, incluindo para o Presidente do STJ. A proposta para aquisição de viaturas foi rejeitada pelo Governo. Porém, só serão adquiridas 3 viaturas para os 3 novos juízes internacionais.
- As dotações inscritas do FI, destinam-se às obras nele inscritas. Na dotação inscrita nos Tribunais na categoria Capital de Desenvolvimento, no valor de \$ 466.000, destinam-se ao pagamento de serviços de engenharia para o acompanhamento e fiscalização das obras, incluindo engenheiros e outros especialistas. As obras terão lugar em 4 municípios.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

II.2.8. Procuradoria Geral da República

EXECUÇÃO do OGE de 2025

O orçamento para 2025 foi de US \$ 4.223.437. A taxa de execução no dia 24/10/2025 era de 69.9 % (Portal da Transparência, Ministério das Finanças).

Execução do OGE de 2025 por Programas					
Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Saldo	% Exec
392: Acesso à Justiça	88.600	+16.942	105.542	22.409	78.5%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	4.134.837	-16.942	4.117.895	1.233.750	69.7%
TOTAL	4.223.437	0	4.223.437	1.256.159	69.9%

VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO PARA 2026

A proposta de orçamento, para 2026 é de \$ 7.034.119, representando um **aumento** de \$ 2.810.682 ou de **67%** em relação a 2025.

Dotação da PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA						
Órgão <i>Programas</i>	Categorias económicas					Total
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital Desenvol.	
034: Procuradoria Geral da República	4.852.516	1.231.253	-	784.750	165.600	7.034.119
<i>Programa 392: Acesso à Justiça</i>	-	415.326	-	-	165.600	580.926
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>	4.852.516	815.927	-	784.750	-	6.453.193

Em termos de **classificação por programas**, os programas para 2026 são os mesmos de 2025, quais sejam, o Programa 392: Acesso à Justiça e o Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

No programa de Acesso à Justiça, que em 2025 tinha um só subprograma (Gestão de Processos Crimes), foram adicionados dois novos subprogramas, que são:

- O *Subprograma 39204: Edifícios Públicos*, composto por uma atividade, que é a construção de edifícios das Procuradorias Distritais (escritórios e residências), com uma dotação de \$ 165 600.
- O *subprograma 39213: Desenvolvimento de RH em áreas técnicas específicas*, composto por uma atividade, que é a formação de magistrados, oficiais de justiça e membros de órgãos de polícia criminal, com uma dotação de \$ 316 686.

No Fundo de Infraestruturas estão previstos \$ 21 000, para aquisição de bens de capital fixo relacionado com a *Construção do Novo Gabinete da Procuradoria-Geral, Residência e Edifício de Apoio em Letefobo, Município de Manufahi* (Projeto 838, Livro do Fundo de Infraestruturas, pág. 97). No Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano não há dotações para o Ministério Público.

Comparação do Orçamento Geral do Estado de 2025 com a proposta de OGE 2026

Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
<i>Programas</i>			
034: Procuradoria-Geral da República			
<i>Programa 392: Acesso à Justiça</i>		88.600	580.926
	Salários e Vencimentos	0	0
	Bens e Serviços Correntes	88.600	415.326
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	165.600
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>		4.134.837	6.453.193
	Salários e Vencimentos	3.277.759	4.852.516
	Bens e Serviços Correntes	817.078	815.927
	Transferências Públicas		0
	Capital Menor	40.000	784.750
	Capital Desenvolvimento	0	0




Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Audiência com a Procuradoria Geral da República

Dada a palavra ao Senhor Procurador Geral da República, este procedeu a uma breve apresentação da execução do orçamental de 2025, por programa e categoria económica.

Às questões dos Deputados, foram prestados os seguintes esclarecimentos:

- Foram explicadas as razões da baixa taxa de execução de salários e vencimentos, que se prendem com a impossibilidade de início de funções dos novos Procuradores da República, que deveriam exercer no STJ, num total de 6.
- Foi dito que em 2026 haverá um aumento com despesas de salários e vencimentos, por causa de novos procuradores da República, de assessores internacionais, dentre os quais inspetores.,
- Assim também, em relação ao “Capital Menor”, por causa de aquisição de viaturas e laptops para os novos Procuradores da República e a substituição de viaturas operacionais, designadamente as usadas por oficiais de justiça, que não podem realizar certas diligências com motorizadas, principalmente no período das chuvas ou quando tenham de realizar apreensão de objetos.

Sobre a preparação do Ministério Público para o alargamento da organização Judiciária em 2026, com a instalação do STJ e de 4 tribunais de primeira instância, foi dito que o Ministério Público está a preparar-se para isso e tirará vantagem das delegações que já existem nos municípios onde esses tribunais pensam ser instalados. Ainda sobre este assunto, esclarecendo quanto às dotações orçamentais para o efeito, foi esclarecido, que as instalações já existem, tendo apenas sido orçamentado para 2026 “Capital Menor” e “Bens e Serviços”. Em termos de recursos humanos o Ministério Público está preparado para o alargamento.

Sobre a eventual necessidade de uma prisão em Oe-Cusse, esclareceram que tem havido consultas entre vários atores da Justiça e têm sido ponderadas as questões sobre a sua viabilidade, nomeadamente em razão do número de presidiários. Uma solução seria uma pequena cadeia para o cumprimento da prisão preventiva.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Foram debatidas ainda as seguintes questões relacionadas com o exercício das funções, que poderão implicar uma solução legislativa:

- Igualdade de remuneração com os magistrados judiciais.
- Tratamento médico.
- Subsídio de alojamento versus residência oficial.

Foi esclarecido que em relação à delegação de investigação criminal às polícias, são estas que cobrem as despesas respetivas, não sendo necessário o Ministério Público prever estas dotações.

Sobre o financiamento das despesas relacionadas com a cooperação judiciária internacional, como cartas rogatórias, tradução de documentos, informaram que estão previstas as respetivas dotações.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

II.2.9. Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça

EXECUÇÃO do OGE de 2025

O orçamento para 2025 foi de US \$2.139.368 e a execução ate ao dia 24/10/2025 era de 72.0%.

<u>EXECUÇÃO do OGE de 2025 por PROGRAMAS</u>					
Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Saldo	% Exec
157: Direitos Humanos e Boa Governação	285.565			42,685	83.0%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1.853.803			526,222.	70.3%
Total	2.139.368			568.908	72.0%

VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO PARA 2026

A proposta de orçamento para 2026 é de US\$ 2.130.198, mantendo-se praticamente igual ao de 2025, com uma insignificante redução de cerca de 0,4%, ou seja, de menos US\$ 9.170.

Apresenta-se a seguir as dotações para 2026, distribuídas por programas e categorias económicas de despesas.

<u>Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA</u>						
Título <i>Programas</i>	Categorias					Total
	Salários e Vencim.	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital Desenvol.	
035: Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	1.274.806	675.392	0	180.000	-	2.130.198
<i>Programa 157: Direitos Humanos e Boa Governação</i>	<i>0</i>	<i>317.252</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>317.252</i>
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>	<i>1.274.806</i>	<i>358.140</i>	<i>-</i>	<i>180.000</i>	<i>-</i>	<i>1.812.946</i>

des 

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2025 e Orçamento Geral do Estado de 2026

Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
<i>Programas</i>			
035: Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça		2.139.368	2.130.198
<i>Programa 157: Direitos Humanos e Boa Governação</i>		272.155	317.252
	Salários e Vencimentos	0	0
	Bens e Serviços Correntes	272.155	317.252
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	0	0
	Capital Desenvolvimento	0	165.600
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>		1.867.213	1.169.005
	Salários e Vencimentos	1.402.463	1.274.806
	Bens e Serviços Correntes	424.750	358.140
	Transferências Públicas	0	0
	Capital Menor	40.000	180.000
	Capital Desenvolvimento	0	0

A PFHJ mantém os dois programas que já existiam em 2025, que são o *Programa 157: Direitos Humanos e Boa Governação* e o *Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*. Os subprogramas e as atividades mantêm-se iguais a 2025.

O Programa de “Direitos Humanos e Boa Governação” possui 4 subprogramas e 11 atividades.

O Programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional possui 3 subprogramas e 8 atividades.

A descrição dos subprogramas e das atividades respetivas, bem como distribuição das dotações para cada subprograma e atividade encontram-se no Livro dos Desenvolvimentos Orçamentais: Estrutura por Programas, à página 207.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Audiência com a Provedoria de Direitos Humanos e Justiça

A PDHJ esteve representada pelo Provedor Adjunto, Sr. Rigoberto Monteiro.

Na sua intervenção de abertura, referiu-se:

- a) Às dotações orçamentais para 2026, declarando que o Plano e as atividades estão baseados no Plano Estratégico do PDHJ 2024-2029. Destacou as principais iniciativas baseadas nos objetivos estratégicos, como sejam:

A realização de visitas de fiscalização regulares, bem como visitas espontâneas provocadas por situações pontuais.

A atividade de disseminação e sensibilização entre os jovens.

A Monitorização e fiscalização na área dos direitos humanos.

- b) As dotações por categoria de despesas.
- c) Construção do edifício da PDHJ.
- d) Solicitou um adicional de US\$240.000 US, fazendo a entrega de documento de justificação do pedido
- e) No diagnóstico realizado pela Comissão da Função Pública, esta Comissão generalizou algumas situações, que põem em causa os recursos necessários para o funcionamento efetivo da nossa instituição.
- f) O recente acórdão do Tribunal de Recurso, em sede de fiscalização da constitucionalidade, seguindo pedido da PDHJ de declaração sobre inconstitucionalidade por omissão por falta de lei de proteção de dados pessoais.

Às questões levantadas pelos Deputados, esclareceu o seguinte:

- Sobre o impacto das suas atividades na área da boa governação junto dos funcionários públicos não há ainda um estudo dedicado à matéria. Porém informou que atualizaram o

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

manual de boa governação. Em relação ao público em geral, têm desenvolvido ações de sensibilização juntos dos jovens e estudantes

- Com a demolição do edifício onde funciona a PDHJ, para a construção do novo edifício, precisarão de arrendar instalações. Não foi possível prever esta situação antes da elaboração e discussão do orçamento como Governo.
- Mais esclareceu que, sobre o diagnóstico da CFP sobre as necessidades de contratação de pessoal fora do quadro, que levou a cortes de verbas para pagamento de pessoal, embora concordem com o princípio proposto, questionam a falta de consideração de necessidades específicas e da natureza das funções da PDHJ.

Foram ainda feitas as seguintes considerações pelos Deputados em resposta às preocupações da instituição:

- Que tomam boa nota da necessidade de adicional para pagamento de rendas de edifício para o funcionamento da PDHJ.
- Tomam também boa nota do acórdão do Tribunal sobre inconstitucionalidade por omissão por falta de lei de proteção de dados pessoais, declarando que o Parlamento tem em mente, além dessa lei uma lei sobre a cibercrime e uma sobre a cibersegurança.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

II.2.10. Comissão Anti Corrupção

EXECUÇÃO do OGE de 2025

Orçamento do Comissão Anti Corrupção para 2025 foi de US \$1.925.935,00 e a execução era de 70.9 % no dia 25/10/2025. (*Portal da Transparência, Ministério das Finanças*)

<u>EXECUÇÃO do OGE 2025 por PROGRAMAS</u>					
Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Saldo	% Exec
392: Acesso à Justiça	221.293	0	---	65.581	70.5%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1.704.642	0	---	487.543	71.0%
TOTAL	1.925.935	0	---	564.898	70.9%

VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO PARA 2026

A proposta de OGE para 2026 é de US\$ 2.294.232, o que representa um aumento de \$ 3.368.297, correspondendo a + 19% em relação a 2025.

<u>Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA</u>						
Título <i>Programas</i>	Categorias					Total
	Salários e Vencim.	Bens e Serviços Correntes	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
074: Comissão Anti Corrupção	1.394.805	624.427	-	275.000	0	2.294.232
<i>Programa 392: Acesso à Justiça</i>	<i>1.353.125</i>	<i>384.708</i>	-	<i>272.500</i>	<i>0</i>	<i>2.010.333</i>
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	41.680	239.719	-	2.500	0	283.899




Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Para 2026 a CAC continua a ter dois programas, mas substitui o programa Acesso à Justiça pelo Programa Anti Corrupção. Apesar disso, os 4 subprogramas que estavam no programa de Acesso à Justiça são mantidos no Programa Anti Corrupção (*Investigação Crime Corrupção*, *Informação e Segurança*, *Sensibilização*, *Participação Pública e Promoção de Valores Anti-Corrupção*, e *Prevenção Crime de Corrupção*).

As atividades planeadas para 2026 no Programa Anti Corrupção, que são 10 no total, continuam as mesmas de 2025, excepto uma que foi eliminada (kondusaun ba inkirisaun).

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2025 e Orçamento Geral do Estado de 2026

Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
<i>Programas</i>			
074: Comissão Anti Corrupção		1.925.935	2.294.232
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>		1.704.642	2.010.333
	Salários e Vencimentos	1.368.920	1.353.125
	Bens e Serviços	327.249	384.708
	Transferência Públicas	0	-
	Capital Menor	8.473	272.500
	Capital Desenvolvimento	0	-
<i>Programa 392: Acesso à Justiça (2025)</i>		221.293	112.669
<i>Programa 443: Ant -Corrupção (2026)</i>			
	Salários e Vencimentos	60.028	21.724
	Bens e Serviços	161.265	89.445
	Transferências Públicas	0	-0
	Capital Menor	0	1.500
	Capital Desenvolvimento	0	0-

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Audiência com a Comissão Anti Corrupção

A CAC esteve representada pelo seu Comissário, Dr. Rui Pereira, que se fez acompanhar dos Adjuntos.

Na sua apresentação o Comissário da CAC começou por afirmar que o envelope fiscal era insuficiente, o que levou a CAC a pedir um aumento junto do Comité de Revisão Orçamental. Indicou que houve uma alteração nos programas, substituindo-se o programa “Acesso à Justiça” pelo programa “Anti Corrupção”. Este programa contem dois subprogramas e 10 atividades.

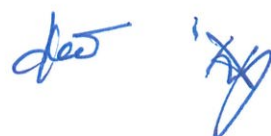
Procedeu em seguida à apresentação das principais despesas para 2026, destacando a participação em encontros internacionais e a organização no país de reuniões internacionais.

Forneceu aos Deputados um documento contendo uma tabela com as dotações propostas distribuídas por programas e categorias económicas e uma tabela com a execução das despesas extraída do “*relatório sumário do FreeBalance*”.

Explicou que, finalmente, a CAC conseguiu realizar a nomeação do terceiro Adjunto, para a área da investigação criminal. Ele é senhor Ângelo Maria Freitas, um ex juiz e que esteve a exercer como assessor na RAEOA até agosto.

Na sequência da intervenção das perguntas e comentário produzidos pelos Deputados, foram abordadas as seguintes as principais questões:

- Sobre casos investigados, a CAC apresentou a seguinte estatística: casos de investigação foram 77 no total. Por delegação do Ministério Público em 2025 foram 36. Total de casos investigados 48. Realçou que as investigações são feitas apenas com base em fortes indícios, sem motivação de perseguição ou vingança pessoal.
- Referiu-se aos mais importantes casos em investigação, mencionando casos em Oe-Cusse e casos de furto/peculato de eletricidade por funcionários da EDTL.
- Sobre as declaração de bens e interesses, em relação às quais aplicaram coimas por falta de apresentação. As coimas em 2024 e 2025 totallizaram mais de US\$ 400.000. Afirmou que o



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

objetivo não é a cobrança de coimas, mas sim conseguir que as declarações sejam apresentadas, para uma efetiva prevenção e investigação.

- Está em fase de finalização o desenho do novo edifício da CAC, cujo concurso de construção será lançado em 2026, esperando que a própria construção se inicie nesse mesmo ano. Estão previstos US\$ 9 milhões para primeira fase. O total da construção é de cerca de US\$ 19 milhões.
- Tem havido resultados positivos da monitorização de projetos abandonados com a persuasão dos empreiteiros para a retomarem a construção e finalizarem os projetos, sob pena de processo criminal.
- Há uma boa cooperação com os demais órgãos de polícia criminal, nomeadamente com a PNTL, para quando precisam de garantias de segurança em situações de perigo à integridade física, uma vez que os investigadores da CAC não usam arma.
- Está em elaboração a *Estratégia Nacional Anti Corrupção*, com o apoio da UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime), que financia um assessor, sem custos para a CAC. A Estratégia é para 15 anos.
- Está igualmente em elaboração o *Curriculum Anti Corrupção*, que será lecionado nas universidades, o qual será finalizado em 2026. Esta atividade também conta com a assistência técnica da UNODC, que cobre os custos de um assessor.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

II.2.11. Comissão da Função Pública

EXECUÇÃO do OGE de 2025

O orçamento para 2025 foi de US\$ 2.901.148. A taxa de execução no dia 22 de outubro era de 74.0%. (Portal da Transparência, Ministério das Finanças)

Execução OGE 2025 por PROGRAMAS					
Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Saldo	% Exec
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	2.898.148			752.485	74.0%
980: Inclusão Social.	3.000			2.900	3.3%
TOTAL	2.901.148			755.385	74.0%

VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO PARA 2026

A proposta de orçamento para 2026 é de US\$ 3.088.479 representando um aumento de \$187.331 ou de + 6% em relação a 2025.

Dotação PPL OGE 2026 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA						
Título <i>Programas</i>	Categorias					Total
	Salários e Vencim.	Bens e Serviços Correntes	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
075: Comissão da Função Pública	1.908.752	908.350		150.000	121.377	3.088.479
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>		<i>626.456</i>	0	<i>150.000</i>	<i>121.377</i>	<i>807.833</i>
<i>Programa A45: Reforma da Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública</i>	<i>1.848.752</i>	<i>281.894</i>		0	0	<i>2.280.646</i>




Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Em 2025 havia dois programas. O *Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional* e o *Programa 980: Inclusão Social*. Em 2026 foi eliminado o Programa Inclusão Social e no seu lugar foi introduzido o “*Programa A45: Reforma da Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública*”.

O *Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*, passou a ser composto por 4 Subprogramas, contendo 8 atividades.

O *Programa A45: Reforma da Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública*, que congrega o essencial da atividade voltada para o cumprimento das suas atribuições e competências, é composto por 9 subprogramas e um total de 27 atividades.

No total são mais 7 subprogramas que em 2025 e mais 9 atividades que em 2025.

Comparação entre o Orçamento Geral do Estado de 2025 e a proposta para 2026, por programas e categorias económicas de despesa

Dada a profunda alteração da estrutura dos programas e subprogramas do Plano de Anual da Comissão da Função Pública, não se faz a comparação com o OGE de 2025 em termos de financiamento por Programas e categorias económicas de despesas, porque não se revestiria de nenhuma utilidade prática

Audiência com a Comissão da Função Pública

A Comissão da Função Pública esteve representada pelo Presidente, acompanhado de outros dois Comissários. Justificou a ausência dos outros dois membros.

Foi distribuído aos Deputados um relatório sobre a execução financeira e de atividades levadas a cabo em 2025.

Sobre o OGE de 2025, do fez uma apresentação da execução por programas e por categorias económicas de despesas. Fez referência ao número de subprogramas e atividades de cada Programa.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Em seguida, fez um relato das atividades desenvolvidas, seguindo o conteúdo do já referido relatório. Destacam-se:

- A criação de um Grupo de Trabalho para a elaboração de um Plano de Reforma da Gestão dos Recursos Humanos da Administração Pública, que trabalhou, designadamente nas seguintes matérias: Tamanho da força de trabalho da Administração Pública (AP); Atualização sistema de carreiras da AP; Atualização das remunerações na AP; Ligação dos sistemas de Payroll e SIGAP; Definição de orçamento para a formação.
- Trabalhos de preparação da adesão à ASEAN.
- Elaboração e promoção de diplomas legais do Governo, resoluções do Governo e Deliberações da CFP, destacando se a aprovação do Regime de Promoção Extraordinária dos Profissionais da Carreira de Saúde (Decreto-Lei 31/2025) e a Promoção Extraordinária para as Carreiras de Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário.
- Estão em curso (a) a análise das carreiras e remuneração na Função Pública e (b) a análise sobre o tamanho da força de trabalho na Administração Pública.
- A construção do edifício *E-Recruitment Building* continua em bom ritmo e já atingiu 92.6%.

Sobre o OGE de 2026, fez uma breve apresentação da proposta de dotações para despesas por categorias económicas e referiu que há um aumento de 6% em relação a 2025, no montante de US\$ 187.331.

Outras questões abordadas durante a audiência pública

No decorrer da audiência, instado pelas perguntas e comentários dos Deputados, a CFP teve a oportunidade de se pronunciar e apreciar em conjunto com os Deputados as seguintes questões:

- Temos uma força de trabalho total de cerca de mais de 70.000, o que representa uma grande complexidade na sua gestão para atingir uma força de trabalho profissional e atingir o ideal de uma Função Pública imune à interferência da política.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

- Força de trabalho a nível central e nos municípios: há uma teoria baseada no ratio população/funcionários públicos. A nossa força de trabalho atual é de 71 000, incluídos todos os tipos de vínculo empregatício. A despesa com SV tem aumentado progressivamente de ano para ano, sendo atualmente de US \$490 milhões
- Sobre a uma questão do corte de dotações para o pagamento de salários e a imposição de cortes da força de trabalho, que foi reiteradamente apresentada por várias entidades ao longo das audiências públicas, foi dito o seguinte: Há uma diferença nos regimes de remuneração entre funcionários permanentes e contratados a termo certo. O quadro legal atual dá margem aos ministérios para fazerem a contratação e fixarem a remuneração dos contratos a prazo, não havendo uma uniformização de critérios. A CFP propôs ao Governo medidas para esta situação, através da redução dos salários, usando taxas percentuais. A CFP não propôs uma redução de funcionários, mas sim uma redução das remunerações dos contratados a termo certo, para reduzir o impacto nas despesas com SV.
- Sobre os cargos de nomeação política, existia um decreto-lei que fixava a equiparação da sua remuneração a cargos da Função Pública, mas este decreto-lei foi revogado e passaram a ser remunerados pelo regime dos contratos a termo certo.
- As promoções na carreira devem ser feitas baseadas no desempenho profissional e não apenas em testes de promoção.
- A CFP está a trabalhar e a discutir com o Ministério das Finanças sobre um novo regime/sistema de remuneração, para resolver injustiças e distorções.
- Quanto à descentralização e criação do Poder Local, não haverá grandes problemas de força de trabalho para os municípios, embora tenhamos que equacionar a questões de quantidades e qualificações técnicas.
- Os funcionários reformados não são necessariamente substituídos por novos recrutados. Os recrutamentos são uma questão separada da reforma, porque os recrutamentos são baseados na necessidade da instituição.
- Sobre a passagem dos “casuais” e dos “agentes” a funcionários permanentes, já está elaborada uma proposta para esse fim.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

II.2.12 Comissão Nacional de Eleições

EXECUÇÃO do OGE de 2025

O orçamento para 2024 foi de US \$9.016.593. A execução era de 93.1% em 25/10/2015.

Execução OGE 2024 por PROGRAMAS					
Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Saldo	% Exec
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	9.016.593			617.704	93.1%
TOTAL	9.016.593			617.704	93.1%

VISÃO GERAL DO FINANCIAMENTO PARA 2026

A proposta de orçamento para 2026 é de US\$ 8.955.372, o que representa uma ligeira diminuição de \$61.221, inferior a 1% em relação a 2025.

Dotação PPL OGE 2025 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA							
Título	Categorias					Total	
	Programas	Salários e Vencim.	Bens e Serviços Correntes	Transf. Públicas	Capital Menor		Capital de Desenvol.
076: Comissão Nacional de Eleições		1.234.988	1.143.462	6.017.000	282.000	277.922	8.955.372
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional		1.234.988	977.462	0	282.000	277.922	2.772.372
Programa A44: Integridade, administração e supervisão eleitorais			166.000	6.017.000	0	0	6.183.000

Em 2025, a CNE tinha apenas o *Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*. Para 2026 foi concebido um novo programa, o *Programa A44: Integridade, administração e supervisão eleitoral*. Tal




Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

como observámos em relação à CAC e à CFP, com esta alteração melhora-se a compreensão e a separação do que são as atribuições e competências da instituição e as funções e atividades de gestão corporativa.

Ambos os programas são compostos por 3 subprogramas e um total de 6 atividades.

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2025 e Orçamento Geral do Estado de 2026

Comparação do OGE 2025 com OGE 2026, por PROGRAMA e CATEGORIAS ECONÓMICAS			
Órgão	Categorias Económicas	OGE 2025	OGE 2026
<i>Programas</i>			
076: Comissão Nacional de Eleições		9.016.593	8.955.372
<i>Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional</i>		9.016.593	2.772.372
	Salários e Vencimentos	1.173.131	1.234.988
	Bens e Serviços	1.143.462	977.462
	Transferência Públicas	6.000.000	0
	Capital Menor	0	282.000
	Capital Desenvolvimento	700.000	277.922
<i>Programa A44: Integridade, administração e supervisão eleitoral</i>		Não existia em 2025	6.183.000
	Salários e Vencimentos		0
	Bens e Serviços		166.000
	Transferências Públicas		6.017.000
	Capital Menor		0
	Capital Desenvolvimento		0

Audiência com a Comissão Nacional de Eleições

A Comissão Nacional de Eleições esteve representada pelo seu Presidente, o Dr. José Agostinho da Costa Belo, que se fez acompanhar de dois membros da Comissão e diretores da instituição.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Sobre a execução do OGE e Plano de 2025, fez uma descrição sumária das atividades levadas a cabo. Das atividades realizadas, no âmbito do *Programa A44: Integridade, administração e supervisão eleitorais*, destacou:

- A formação sobre contabilidade.
- A cooperação com a Indonésia e a Malásia na realização de formação a jovens de escolas secundárias e superiores para elevar a sua compreensão sobre o processo eleitoral.
- Ao nível da CPLP lideramos a missão de observação eleitoral a Moçambique.
- Atualização da base de dados e introdução do sistema biométrico, que já está em curso, a nível interno e no estrangeiro. Esta atividade está a ser realizada em conjunto com o STAE
- Continuam a realizar os trabalhos de fiscalização das contas dos partidos políticos, com os quais têm havido uma boa cooperação, que inclui ações de formação sobre essa matéria.

À margem, referiu-se a uma questão que lhes foi colocada e que diz respeito à possibilidade por agora, da realização de votação antecipada.

Mencionou que têm a expectativa de até Dezembro atingir perto dos 100%.

Sobre a proposta de orçamento para 2026, fez uma apresentação das dotações por categorias económicas. Mencionou em particular as atividades a realizar em preparação das eleições municipais de 2027.

Outras questões abordadas na audiência, incluíram as seguintes questões:

- a) A categoria económica em que estão inscritas as dotações para pagamento dos Delegados municipais da CNE, sobre o que se esclareceu que até ao presente momento a CNE não têm pago aos delegados; Os delegados têm sido nomeados dentre funcionários em cargos de direção e chefia da própria CNE.
- b) A realização da auditoria às contas dos partidos políticos, tendo sido explicado como é realizada e que sanções podem ser aplicadas aos infratores.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

- c) A formação sobre a gestão das contas dos partidos, tendo sido reconhecido que é preciso de fato realizar formação, principalmente ao nível das estruturas municipais. A dinâmica dos partidos é diferente, havendo partidos que trocam com frequência os seus funcionários das finanças, fato que leva à realização de formações constantes para os novos.
- d) O número de funcionários da CNE mantem-se o mesmo.
- e) A formação e treinamento dos responsáveis das finanças dos partidos é feita com toda a seriedade, porque assumimos que estas pessoas um dia poderão vir a ocupar o cargo de ministro das finanças.
- f) A necessidade de financiamento da participação da CNE em organizações internacionais de que é membro. E cada vez mais somos requisitados para partilhar a nossa experiência eleitoral ao nível da CPLP, onde somos o n.º 3 e da ASEAN, onde costumávamos ser o n.º 1 e agora somos o n.º 2, e temos de estar á altura das responsabilidades que advêm do prestígio que conquistámos.
- g) As atividades de educação cívica, que têm por foco matérias relacionadas com a votação em si, mas também para aprofundar o conhecimento e a compreensão das consequências ou efeitos das eleições.
- h) Os crimes eleitorais devem ser processados e decididos em curto prazo, para evitar que os eleitos e os nomeados para o governo iniciem funções com questões judiciais pendentes.



III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1. Conceção dos Programas e atividades dos Plano Anuais

A Comissão gostaria de constatar a sua satisfação na melhoria registada na conceção dos programas e atividades, em particular no caso da CAC, da CFP e da CNE, com distinção clara entre atividades de gestão corrente da instituição das atividades dirigidas à prossecução dos seus fins e atribuições, do que resultou a segregação destas últimas do Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, onde estavam todas agregadas, com a criação de novos programas dedicados ao cumprimento daqueles fins e atribuições, legalmente tipificadas e que são a razão da sua existência

2. Emissão de títulos de propriedade imobiliária

Constatando os enormes investimentos financeiros feitos para a identificação e o registo cadastral de imóveis, bem assim como o tempo já decorrido desde a aprovação do regime legal para o reconhecimento da titularidade dos bens imóveis, em 2017, e que, não obstante isso, continuam sem serem emitidos os títulos de propriedade, sem prejuízo de ter tomado boa nota dos progressos já feitos pelo Ministério da Justiça e de estar para breve a emissão dos primeiros títulos,

A Comissão reitera a RECOMENDAÇÃO ao Governo, através do Ministério da Justiça, que se tomem todas as medidas necessárias para o expedito início da atribuição de títulos de propriedade, cientes da necessidade que os cidadãos deles têm para a tramitação dos negócios da vida privada de cada um, assim como da sua relevância para os negócios do comércio e dos investimentos na economia do país, mormente por causa da premência criada com a nossa adesão à ASEAN.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

3. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados

Constatando, como havia feito e recomendado em 2023 e em 2024, que continua por ratificar a “Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados”, e tomando boa nota da preocupação várias vezes apresentada pelo Centro Nacional Chegal, em que o nosso Estado ratifique esta Convenção, que se afigura como instrumento indispensável para a prossecução mais cabal de alguns aspetos da sua missão e do seu Plano Estratégico, a nível interno e, principalmente, a nível internacional,

A Comissão reitera a RECOMENDAÇÃO, ao Governo, através do Ministério da Justiça e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que promova as diligências necessária à assinatura e apresentação para ratificação da **Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados**.

4. Resposta de emergência a danos em estradas e pontes

A Comissão tomou nota das preocupações levantadas pelos Presidentes das Autoridades Municipais em relação à resposta ao atendimento urgente de danos de estradas e pontes, que estão no âmbito da competência da Administração Central. A resposta por parte do Ministério das Obras Públicas é lenta e às vezes inexistente. A falta de reabilitação urgente das estradas e pontes causa enormes constrangimentos à vida das populações. De entre as consequências destaca-se o aumento do preço das mercadorias, provocado pelo aumento dos custos de transporte.

A Comissão RECOMENDA que, embora se trate de estradas e pontes fora do âmbito da competência dos municípios (estradas municipais, urbanas e rurais), seja atribuída aos municípios a responsabilidade pelas reparações de emergência de estradas municipais e nacionais, com o uso da dotação inscrita no Ministério das Obras Públicas, de US\$ 15.000.000.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

5. Jardins e Parques de Dili

A Comissão tomou nota de que a responsabilidade pela gestão e conservação dos jardins e parques da cidade de Dili, que cabia à Autoridade Municipal de Dili, foi transferida para o Ministério do Turismo.

A Comissão RECOMENDA, a manutenção desta atribuição à Autoridade Municipal de Dili, atribuindo-se-lhe as respetivas dotações orçamentais para as despesas correspondentes, baseado no entendimento de que a gestão dos jardins e parques de uma cidade devem sempre pertencer à administração local e não à administração central.

6. Necessidade de dotações adicionais

A Comissão tomou boa nota das preocupações levantadas por algumas órgãos e instituições, no que respeita à necessidade de dotações adicionais, para fazer face a situações novas ocorridas já depois da elaboração da proposta de OGE para 2026. Sem prejuízo, do direito que assiste aos Deputados e Bancadas de iniciarem propostas de alteração,

A Comissão RECOMENDA a apresentação e aprovação das seguintes dotações adicionais:

- a) No Gabinete do Primeiro-Ministro, um adicional de US\$ 60.000 para pagamento do salário do Primeiro-Ministro, que não foi orçamentado, porque o titular do cargo optara pelo recebimento da sua pensão de ex-titular de órgão de soberania, a qual foi extinta no final do passado mês de setembro.
- b) Na Provedoria de Direitos Humanos e Justiça, um adicional de US\$ 240.000 para arrendamento de instalações para funcionamento da instituição, porque o edifício onde atualmente labora será demolido para a construção do novo edifício da instituição. A PDHJ não pode prever esta dotação, porque só veio a ter conhecimento de que a construção do seu novo edifício iria ter início em 2026, quando já estava elaborada e aprovada a proposta de OGE.

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

IV. PARECER

1. A Comissão constata que é notável a melhoria na qualidade do planeamento feitos pelos órgãos e instituições que a Comissão analisou, a melhor concetualização dos programas e subprogramas e o seu ajustamento aos fins e atribuições das instituições.
2. A Comissão constata, contudo, que se deve continuar a trabalhar na melhoria dos relatórios de desempenho dos programas e atividades, designadamente através da melhoria na definição das metas e dos indicadores de desempenho.
3. As dotações respondem adequadamente às necessidades financeiras para o cumprimento, com sucesso, das metas programadas nos Planos Anuais.
4. A Comissão é do parecer de que as dotações orçamentais propostas para as instituições e órgãos inseridos nas áreas da sua competência temática devem merecer a aprovação na generalidade pelo Parlamento Nacional.



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

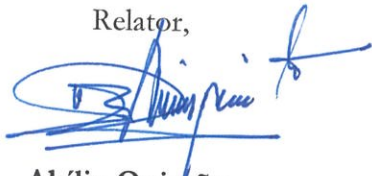
V. APROVAÇÃO DO PARECER

O presente relatório foi aprovado na reunião do dia 27 de outubro de 2025, com 5 votos a favor; 0 votos contra e 1 abstenção.

O presente relatório vai assinado pelo Relator e pelo Secretário da Comissão, na ausência simultânea do Presidente e do Vice-Presidente, que se encontram em missão de serviço na Malásia, por ocasião da cerimónia de adesão do nosso país à SEAN.

Parlamento Nacional, 27 de Outubro de 2025.

Relator,



Abílio Quintão

Secretário da Comissão,



Albino da Silva

P/ incluir as recomendações
de com A no relatório Parecer
de com C e juntar em anexo



Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

Excelentíssima a Senhora
Presidente da Comissão C
Cedelizia Faria dos Santos

Data: 27 de outubro de 2025.

N/referência: 37 /VI/3ª/2025/ COM.A

N/Processo:

V/referência:

Assunto: Remessa o Parecer Setorial sobre PPL. Nº. 23/VI (3ª) – Orçamento Geral de Estado de 2026 da Comissão

Excelência,

Venho por este meio remeter a Vossa Excelência, O Parecer Setorial sobre **Proposta de Lei. Nº. 23/VI (3ª) – Orçamento Geral de Estado de 2026**. Que foi aprovado na reunião extraordinária da Comissão na segunda-feira, dia 27 de outubro de 2025, na sala da Comissão, com votos 5 a favor, 0 contra e 1 abstenções com presença 6 Deputados presente.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário da Comissão

Albino da Silva

27/10/25
Tcc-Com.C-PND 15239